

GUIA TÉCNICO DE ACESSIBILIDADE DO DESTINO TURÍSTICO



entidade promotora



coordenação



co- financiamento



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu
de Desenvolvimento Regional

ÍNDICE

PREFÁCIO	2
CAPÍTULO I. O PROJETO ALENTEJO/RIBATEJO 4 ALL	3
CAPÍTULO II. TURISMO ACESSÍVEL, O QUE É?	4
CAPÍTULO III. UMA MUDANÇA EM CURSO	7
CAPÍTULO IV. GUIA TÉCNICO DE ACESSIBILIDADE DO DESTINO TURÍSTICO – OBJETIVO E METODOLOGIA	8
CAPÍTULO V. ANÁLISE ESTATÍSTICA DOS RESULTADOS DA AUDITORIA	11
CAPÍTULO VI. RECURSOS RECOMENDADOS	42
CAPÍTULO VII. SÍNTESE E CONCLUSÕES	53
CAPÍTULO VIII. SÍNTESE BIBLIOGRÁFICA SOBRE A TEMÁTICA DA ACESSIBILIDADE EM PORTUGAL	57
CAPÍTULO IX. ANEXOS	59

PREFÁCIO

Trabalhar para tornar a prazo o Alentejo e o Ribatejo em dois dos Destinos Turísticos mais acessíveis do Mundo, foi o grande lema que norteou o desenvolvimento deste Guia Técnico.

Graças ao trabalho desenvolvido no âmbito do projeto apoiado pelo Inalentejo, o vasto território do Alentejo e Ribatejo tem neste momento a radiografia sobre o nível de acessibilidade de um número significativo dos seus recursos turísticos. A dimensão e a qualidade da recolha de dados deste trabalho são únicas em Portugal e mesmo no estrangeiro. Não nos limitámos a identificar/registar os recursos reconhecidos como acessíveis, fomos testar tecnicamente a efetiva acessibilidade, envolvendo para o efeito inquiridores com formação específica nesta área.

Neste sentido foi feito um levantamento em todo o território a mais de 1300 recursos avaliados quanto à sua acessibilidade.

O trabalho não se limitou a avaliar, foi mais longe, identificou e apresenta mesmo aos interessados – empresas e entidades públicas – propostas sobre as soluções para melhorar as acessibilidades dos seus equipamentos.

De referir que este foi um trabalho que envolveu intensamente os 58 municípios do Alentejo e do Ribatejo, quer na identificação dos recursos a inquirir, quer no acompanhamento no terreno, quer posteriormente na divulgação e participação nas ações de sensibilização que promovemos relativas ao tema. Aliás, os Municípios terão nos próximos anos um papel decisivo na alteração estrutural das condições de acessibilidade aos recursos e equipamentos turísticos da região.

Também de salientar o trabalho empenhado para esta causa das ADL Esdime e Terras Dentro que, para além das suas competências no desenvolvimento deste projeto, estão definitivamente comprometidas em tornar o território mais acessível para todos.

Com os dados que este trabalho nos disponibiliza e que agora damos a conhecer a todas as instituições e agentes económicos do território, ficamos melhor preparados para enfrentar este desafio que tem tanto de difícil como de estimulante e que é central para o nosso grande objetivo até 2020, Certificar o destino e toda a cadeia de valor da atividade turística.

Também por isso temos procurado sensibilizar as entidades competentes para que os apoios e instrumentos financeiros previstos no Portugal 2020 valorizem significativamente investimentos e projetos em que a acessibilidade do turista à oferta seja uma condição presente.

António Ceia da Silva

Presidente da Entidade Regional de Turismo do Alentejo/Ribatejo

CAPÍTULO I. O PROJETO ALENTEJO/RIBATEJO 4 ALL

O Projeto Alentejo/Ribatejo para Todos (AL/RB 4All) é uma iniciativa da Entidade Regional de Turismo do Alentejo/Ribatejo. Tem dois objetivos: (1) fomentar o turismo para todos, promovendo a universalidade no acesso ao mercado turístico no Alentejo e Ribatejo, pela integração de soluções de acessibilidade na oferta turística e em toda a cadeia de valor; e (2) evidenciar a vantagem competitiva do turismo para todos para o desenvolvimento económico do território.

O projeto desenvolveu-se em duas frentes, com objetivos específicos distintos, mas complementares entre si.

Numa primeira frente foi recolhida informação rigorosa sobre as condições de acessibilidade existentes nos diversos recursos e serviços turísticos da Região. Desta forma, a região do Alentejo e do Ribatejo, passa a deter um diagnóstico atual sobre os equipamentos e serviços que facilitam ou não o acesso a todos os turistas independentemente das suas limitações funcionais.

Esta informação, recolhida através de auditorias no terreno, norteadas pela aplicação de questionários estruturados por tipo de equipamento, foi carregada e sistematizada numa base de dados única, cujo resultados da análise e tratamento estatístico estão compilados neste guia técnico.

Para cada recurso turístico inquirido durante os trabalhos de campo foi elaborado uma ficha individualizada com o Diagnóstico e as Recomendações aplicáveis. Cada ficha integra os seguintes elementos:

- ✓ Identificação do edifício/ equipamento/ serviço;
- ✓ Categoria de estabelecimento/ serviço avaliado;
- ✓ Banco de imagens com registo fotográfico das condições físicas existentes;
- ✓ A identificação precisa dos aspetos que condicionam a acessibilidade plena a pessoas com mobilidade condicionada, no interior do recinto e nos principais acessos;
- ✓ Relatório individualizado de diagnóstico e recomendações;
- ✓ A classificação (foi definido um sistema de classificação com o objetivo de sintetizar os resultados e ajudar a identificar os recursos como recomendados, não recomendados e condicionados).

Estas fichas individuais compõem o apêndice ao presente Guia.

Numa segunda frente, e em paralelo com o trabalho de diagnóstico realizado no terreno, foi desenvolvida uma série de ações de sensibilização e informação sobre Turismo Acessível.

Estas ações foram dirigidas a todos os agentes do setor de turismo da região Alentejo e Ribatejo. Permitiram aos empresários e técnicos do setor (1) conhecer as vantagens e oportunidades económicas do Turismo Acessível, e (2) ganhar maior sensibilidade e conhecimentos práticos sobre as necessidades específicas dos clientes com deficiências motoras, visuais e auditivas e sobre a forma mais adequada e profissional de lhes dar resposta.

Os vários agentes públicos e privados que participaram nestas ações ficaram mais atentos às oportunidades, e mais capacitados para as aproveitar.

Para rentabilizar ao máximo o contacto com os agentes no terreno, as ações foram ministradas por uma equipa multifacetada, que incluiu uma pessoa em cadeira de rodas, um empresário que tem um estabelecimento acessível e um perito especialista na área da acessibilidade.

Este Guia pretende, de forma clara e objetiva traduzir um conjunto de orientações para a prática da acessibilidade no setor do turismo e, desta forma, induzir à reflexão sobre as práticas existentes e as políticas para e do território, aproximando a governação da ação.

CAPÍTULO II. TURISMO ACESSÍVEL, O QUE É?

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS) cerca de 10% da população mundial, aproximadamente 650 milhões de pessoas, vive com uma deficiência. É a maior minoria do mundo. Este número está a aumentar, devido ao crescimento demográfico, aos avanços da medicina e ao envelhecimento da população, nomeadamente nos países desenvolvidos.

Na União Europeia, um em cada seis habitantes - cerca de 80 milhões - possui algum tipo de deficiência. Em Espanha e Portugal, as pessoas com algum tipo de deficiência somam, respetivamente, 3,5 milhões e 1,5 milhões. O aumento da esperança de vida e o envelhecimento populacional farão com que, ao longo das próximas décadas, a população com deficiência assuma um peso cada vez maior, quer em números absolutos, quer em percentagem da população.

De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU, 2009), o envelhecimento da população afeta praticamente todos os países do mundo.

Até ao ano 2050, prevê-se um aumento do número de idosos nos países desenvolvidos, onde a população com mais de 65 anos poderá aumentar 9%, representando, cerca de 22% da população mundial. Atualmente existem mais de 700 milhões de pessoas idosas, sendo previsível que o seu número ultrapasse os 2 mil milhões em 2050, o que superará pela primeira vez o número de crianças à escala mundial.

Neste contexto, é imperativo apostar na criação de meios de suporte assistencial que permitam manter a autonomia, a mobilidade e o acesso a bens e serviços por uma faixa de população que exige cuidados específicos.

Esta realidade sem precedentes, que teve início nas sociedades desenvolvidas do século XX e, mais recentemente nos países em desenvolvimento, está a traduzir-se numa mudança sociológica profunda, com consequências em todos os setores, incluindo o do Turismo.

Estamos então perante uma estrutura demográfica onde a incidência de debilidades funcionais e/ ou patologias crónicas (frequentemente múltiplas e co-existent), é muito elevada.

Verificamos paradoxalmente a este fato, que no período pós reforma o estatuto socioeconómico e a disponibilidade financeira, são determinantes para uma maior apetência para a aquisição de bens e serviços turísticos.

Isto é, temos um grupo populacional predisposto, com perfil social, cultural e económico favorável à aquisição de produtos e serviços turísticos, desde que assegurado o devido suporte assistencial para contrariar as suas eventuais debilidades e preocupações físicas. Este mercado tem uma procura crescente por produtos e serviços de saúde e bem-estar.

No fundo, o Turismo Acessível é um excelente exemplo de convergência entre o papel social do Turismo e a sua competitividade.

O Turismo é um bem social que deve estar ao alcance de todos os cidadãos e a sua oferta deverá ser dirigida de igual forma a todos os segmentos da população sem fomentar nenhum tipo de discriminação.

O direito ao ócio e ao lazer vem igualmente consignado nos princípios de igualdade dos direitos e oportunidades e da não discriminação que se rege no âmbito da União Europeia, segundo as quais as pessoas portadoras de deficiência, entre outras, têm direito ao acesso regular de bens e serviços turísticos.

De acordo com a Organização Mundial do Turismo (OMT), em 2010, o turismo representou um volume de 935 milhões de pessoas – dados que permitem estimar que o número de turistas no segmento do turismo acessível terá sido de 65 a 75 milhões (se considerarmos que deste total se estima que 7 a 8% correspondem a turistas com alguma limitação).

Tendo em conta que estes turistas tendem a viajar acompanhados, o número pode aumentar significativamente. A European Network for Accessible Tourism estima que atualmente existam cerca de 127 milhões de europeus

que precisam de acessibilidade nos destinos e serviços turísticos – e que, precisando, a procuram e valorizam.

Atualmente, a falta de condições de acessibilidade, e a dificuldade em obter informação fiável sobre as condições existentes na oferta, prejudicam o aproveitamento da procura que já existe e da procura que poderia ser criada.

A falta de acessibilidade e de informação sobre acessibilidade afasta os turistas que têm algum tipo de mobilidade condicionada e todos os que os acompanham ou pretendem acompanhar (familiares, amigos, etc.).

Eliminar barreiras e disponibilizar informação fiável sobre as condições reais (para que o potencial consumidor possa fazer a sua escolha) conduzirá ao aumento da procura.

Uma procura que será particularmente exigente com alguns aspetos, é verdade, mas que tem algumas características muito relevantes do ponto de vista económico. A experiência indica que, a par do rendimento disponível, os turistas que procuram acessibilidade têm maior duração média de estadia, maior número médio de acompanhantes, maior fidelidade ao destino (i.e., regressam quando gostam) e melhor distribuição pelas épocas baixas (ajudando a combater os problemas da sazonalidade).

Há já alguns anos que as instituições internacionais e nacionais têm vindo a trabalhar ativamente a favor da promoção de melhores condições de vida para as pessoas com deficiências, abordando a facilidade no acesso a infraestruturas e serviços turísticos para pessoas com mobilidade reduzida. Isto tem contribuído para estabelecer uma plataforma a partir da qual se tem começado a trabalhar com o objetivo de um “turismo para todos”:

- Declaração de Manila (1980) que reconhece o turismo como um direito fundamental para o desenvolvimento humano;
- Turismo para todos (1989) – Relatório que estudou os progressos alcançados desde o Ano Internacional dos Deficientes relativamente ao delinear de serviços turísticos para todas as pessoas;
- Plano de ação comunitário a favor do turismo – que contemplava um conjunto de ações entre os estados membros com o objetivo de eliminar obstáculos e promover o intercâmbio de informação;
- O Plano de Ação Europeu sobre a Igualdade de Oportunidades para as pessoas com Deficiência (2004 a 2010) define como objetivo integrar as questões ligadas à deficiência nas políticas comunitárias e executar ações concretas em domínios chave para melhorar a integração económica e social das pessoas com deficiência;
- Em Portugal destaca-se o I Plano de Ação para a Integração das Pessoas com Deficiências ou Incapacidade para os anos 2006 a 2009. A melhoria da oferta turística está contemplada no Eixo 1 – Acessibilidades e informação que prevê a certificação e qualificação dos equipamentos turísticos acessíveis, o desenvolvimento do projeto praia acessível, o levantamento e publicitação da oferta turística acessível e a qualificação para o atendimento das pessoas com deficiência;
- A Resolução da Assembleia da República, n.º 132/2012, de 19 Outubro, que recomenda ao Governo que desenvolva um programa estruturado com linhas orientadoras para os diversos atores do setor do turismo, para que, no prazo de 12 meses, Portugal possa ser apresentado como um destino atento às necessidades, quer do «viajante portador de deficiência», quer das «pessoas com mobilidade reduzida»;
- E, mais recentemente, o Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT) para o desenvolvimento do turismo no período 2013 – 2015, onde se identifica claramente o objetivo de Tornar Portugal num destino acessível para todos.

O Turismo Acessível também é conhecido por “Turismo para Todos” ou “Turismo Inclusivo”.

Inicialmente foi pensado como uma oferta específica para um público específico: as pessoas com deficiência. A experiência prática, todavia, cedo demonstrou que não são apenas aquelas pessoas que precisam de acessibilidade na oferta turística.

Por isso, hoje em dia este conceito apresenta uma visão mais abrangente, onde também se incluem idosos, crianças, e pessoas com vários tipos de mobilidade condicionada, como as senhoras grávidas, as pessoas obesas ou com limitações cardíacas ou respiratórias, etc. E sem esquecer... os respetivos acompanhantes.

Assim sendo, o Turismo Acessível inclui hoje a oferta turística (i.e., equipamentos, serviços e infraestruturas) que

proporciona a todas as pessoas, com ou sem mobilidade condicionada, o usufruto de rotas turísticas e de atividades sem barreiras.

Para este efeito, consideram-se “acessíveis” os espaços, os edifícios e os equipamentos que podem ser usados por todas as pessoas com a mesma segurança, conforto e autonomia.

Isso implica a existência de um conjunto de condições, definidas na legislação e parcialmente analisadas pela auditoria que se apresenta neste relatório.

CAPÍTULO III. UMA MUDANÇA EM CURSO

O turismo acessível assume uma dimensão importante nas estratégias de desenvolvimento do turismo da União Europeia em linha com a Estratégia Europeia 2020 para o crescimento e inclusão social e a Estratégia Europeia para a deficiência 2010-2020. A UE tem sido uma força importante na campanha rumo a uma abordagem europeia harmonizada para a acessibilidade. Tem sido política da União Europeia incentivar os seus Estados-Membro a desenvolverem planos de ação nacionais, alterar normas e legislação, a estimular iniciativas para que o turismo para todos seja cada vez mais uma realidade.

Nos últimos anos em Portugal houve alterações profundas na temática da Acessibilidade e do Turismo Acessível, nomeadamente por via das exigências legais expressas no Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de Agosto (que define as normas técnicas de acessibilidade e as regras para a sua aplicação) e na Lei n.º 46/2006, de 28 de Agosto (proíbe a discriminação de pessoas com Deficiência).

As políticas e estratégias baseadas na defesa dos direitos das pessoas com mobilidade condicionada promoveram a nível nacional diversos programas e projetos, executados por entidades públicas, que elaboraram guias de turismo acessível, sítios na Internet, organizaram seminários e conferências, formaram técnicos e promoveram praias acessíveis entre outros produtos.

Constata-se que, nestas últimas décadas, alteraram-se hábitos no usufruto dos tempos livres. Grande parte da população sénior tem rendimentos significativos e o desejo de viajar, as férias de avós e netos que apoiam a ausência dos pais por motivos profissionais, a emancipação das pessoas portadoras de deficiência que têm cada vez menos receio de viajar, obriga ao ajuste das condições do destino.

Todas estas mudanças têm levado, por todo o País, à adaptação de museus, hotéis, restaurantes e edifícios de interesse histórico e cultural. Esta adaptação da oferta turística tem sido lenta e progressiva. Por um lado, nota-se que os empresários não estão devidamente informados para as vantagens de terem os seus espaços preparados para receberem todas as pessoas, independentemente das suas limitações, e por outro, e especialmente no panorama nacional, a circulação efetiva de pessoas com mobilidade reduzida que consolidem a necessidade real da existência espaços adaptados.

Sem dúvida que podemos afirmar que, a curto e médio prazo, a acessibilidade de equipamentos, serviços e infraestruturas irá mais além da obrigação legal e passará a ser uma necessidade com que todos os profissionais do turismo terão que lidar.

CAPÍTULO IV. GUIA TÉCNICO DE ACESSIBILIDADE DO DESTINO TURÍSTICO – OBJETIVO E METODOLOGIA

1 – OBJETIVO

É objetivo deste Guia alavancar uma mudança significativa no acolhimento da região, permitindo a sua promoção como Destino Turístico Acessível, de forma a atrair e receber turistas com limitações motoras ou outro tipo de mobilidade condicionada.

Este Guia, em formato e-book, visa fornecer aos principais destinatários - os proprietários dos recursos turísticos auditados, às autarquias locais e instituições regionais - um retrato rigoroso das condições de acessibilidade em que os recursos existentes se encontram e recomendações práticas que lhes permitam melhorar essas condições.

Foi realizado com base em intensos trabalhos de campo, realizados em toda a região. Mais de 1.300 recursos turísticos foram auditados, no local, por uma equipa de técnicos devidamente formados e supervisionados.

Pretende ser um trabalho altamente especializado cujo output servirá para o Destino como um todo e para todos os seus agentes. Constituirá o repositório das ações corretivas e melhorias que devem ser empreendidas nos serviços e equipamentos públicos e privados. Facilitará ainda ao trade a operação turística do território, visto proporcionar conhecimento sobre a situação atual dos diversos empreendimentos em matéria de acessibilidade física.

Esta informação, uma vez nas mãos destes interlocutores, permitirá definir e concertar estratégias integradas de promoção do turismo para todos na região.

2 – METODOLOGIA

A dimensão, complexidade e inovação deste projeto obrigaram à definição de uma metodologia rigorosa, que tirasse o melhor partido das boas práticas internacionais.

Esta metodologia consubstanciou-se nos seguintes passos:

2.1 – DIAGNÓSTICO E TRABALHOS DE CAMPO

Realização de um diagnóstico a uma amostra de 1310 equipamentos e recursos turísticos, abrangendo todos os 58 Concelhos desta Região (Alentejo/Ribatejo), mediante a aplicação de um questionário para verificação dos parâmetros de acessibilidade.

A amostra foi definida com base nas indicações das autarquias locais, que identificaram interlocutores privilegiados e preencheram e devolveram uma ficha com os recursos selecionados (por cada concelho/freguesia).

O envolvimento das autarquias resultou do facto de serem atores fundamentais para a construção e afirmação do Alentejo como destino turístico acessível e do seu profundo conhecimento do território. A sua colaboração com as equipas no terreno compreendeu a seleção dos locais/recursos a inquirir tendo em conta os seguintes critérios:

Museus/Monumentos/Igrejas:

- Com potencial turístico e com condições de visitação asseguradas.

Praias:

- Detentoras do galardão Praia Acessível – Praias para todos.

Alojamento:

- Estarem licenciados;
- Oferta mínima de 6 quartos no caso do alojamento TER;
- Oferta mínima de 20 quartos para os restantes estabelecimentos hoteleiros;
- Exceção para as unidades com todos os quartos adaptados

Restauração:

- Estarem licenciados;

- Possuírem uma superfície de acesso ao público que ultrapasse 150 m², com exceção dos estabelecimentos com área inferior mas já acessíveis.

Animação turística:

- Possuírem alvará;
- A aferir posteriormente: Motivação prévia dos agentes turísticos privados para a adaptação do seu estabelecimento e para o acolhimento de pessoas com mobilidade reduzida.

As condições aferidas não integram todas as normas legais aplicáveis, mas uma seleção, feita em função dos objetivos do Projeto AL/RB 4All, que dá prioridade às necessidades decorrentes de limitações motoras.

Foram verificadas as condições físicas de acessibilidade nas seguintes componentes:

- Espaço público (adjacente à entrada) e Estacionamento;
- Entrada e Receção (ou zona de acolhimento);
- Zona de Refeições e Bar;
- Instalações Sanitárias de Uso Geral;
- Unidade de Alojamento;
- Equipamentos de Lazer (piscina, ginásio, SPA, outros);
- Espaço de Visita;
- Atividades de animação;
- Percurso Acessível

No que diz respeito às empresas de animação turística com infraestruturas edificadas, foram aplicados os mesmos parâmetros para verificação das condições físicas de acessibilidade dos restantes equipamentos turísticos. No entanto, são muitos os casos de empresas de animação turística que operam sem recurso a instalações, como sejam as empresas com a atividade de balonismo, de canoagem, ou de outro tipo de atividade ao ar livre. Nestes casos, foram avaliados outros parâmetros, tais como o tipo e quantidade de equipamento adaptado, experiência de trabalho com o público com necessidades especiais e a formação específica dos monitores/colaboradores das empresas.

2.2 – TRATAMENTO E ANÁLISE ESTATÍSTICA

Todos os dados colhidos durante os trabalhos de campo foram codificados, carregados e tratados numa base de dados on-line.

O tratamento e análise estatística originaram a produção de relatórios de recomendações e a classificação da acessibilidade dos equipamentos/ recursos turísticos.

2.3 – REPORTE E RECOMENDAÇÕES

Foram produzidos Relatórios de Recomendações individualizados, i.e., para cada recurso, os quais, com base na verificação dos parâmetros de acessibilidade dos recursos, apontam recomendações práticas para a correção das desconformidades diagnosticadas.

2.4 – CLASSIFICAÇÃO DOS RECURSOS TURÍSTICOS

O sistema de classificação foi definido com os objetivos de (1) sintetizar os resultados e (2) ajudar a identificar os recursos que podem ser recomendados, na ótica do acesso a pessoas com mobilidade funcional.

Para esse efeito, de entre os vários parâmetros de análise, foi selecionada uma parte, que se refere às condições mais básicas e consideradas prioritárias.

Os recursos onde todas essas condições básicas estão garantidas, são “recomendados” e são integrados no Guia Técnico de Acessibilidade do Destino Alentejo e Ribatejo.

Da mesma forma, os recursos onde algumas dessas condições não estão reunidas, mas onde os turistas podem usufruir deste recurso com apoio, têm uma classificação de “condicionado” e também constam deste Guia Técnico.

Deve notar-se que o facto de um recurso não ser recomendado não significa que ele não possa, ou não deva, acolher pessoas com mobilidade condicionada – algumas pessoas precisam de umas condições e não precisam de outras. Por isso, vale sempre a pena indicar as condições que de facto existem. Deve-se deixar o turista escolher de acordo com as suas necessidades pessoais.

Por outro lado, é sempre possível melhorar as condições de acessibilidade. Com maior ou menor investimento, com maior ou menor complexidade, é sempre possível melhorar. E vale a pena não só fazê-lo, como também divulgar essas melhorias.

As grelhas de classificação constam como anexo ao presente Guia (anexo 1).

CAPÍTULO V. ANÁLISE ESTATÍSTICA DOS RESULTADOS DA AUDITORIA

Apresenta-se uma análise estatística dos resultados obtidos pela aplicação dos questionários.

5.1 AMOSTRA (TOTAL E POR TIPOLOGIA)

Concelhos	Museus / Monumentos / Igrejas	Praias	Alojamento	Restaurantes	Animação Turística	Total
NUTS 3 Lezíria do Tejo						
Almeirim	2	0	2	16	3	23
Azambuja	2	0	1	5	1	9
Alpiarça	2	0	1	16	0	19
Benavente	16	0	2	8	3	29
Cartaxo	1	0	1	2	1	5
Chamusca	1	0	1	0	0	2
Coruche	5	0	8	22	0	35
Golegã	4	0	8	8	0	20
Rio Maior	7	0	2	6	1	16
Salvaterra de Magos	8	0	2	12	1	23
Santarém	22	0	6	9	3	40
11 Concelhos	70	0	34	104	13	221
NUTS 3 Alto Alentejo						
Alter do Chão	7	0	4	7	1	19
Arronches	4	0	1	2	0	7
Avis	3	0	3	10	1	17
Campo Maior	10	0	3	6	0	19
Castelo de Vide	8	0	9	7	2	26
Crato	5	0	4	3	0	12
Elvas	16	0	11	30	0	57
Fronteira	4	0	4	8	3	19
Gavião	3	0	3	5	0	11
Marvão	8	0	4	6	0	18
Monforte	3	0	2	2	0	7
Nisa	5	0	4	3	0	12
Ponte de Sor	5	0	3	15	1	24
Portalegre	11	0	6	11	1	29
Sousel	11	0	1	3	0	15
15 Concelhos	103	0	62	118	9	292
NUTS 3 Alentejo Central						
Alandroal	11	0	5	5	1	22
Arraiolos	4	0	8	9	0	21

Borba	7	0	2	2	0	11
Estremoz	7	0	3	7	0	17
Évora	17	0	22	31	3	73
Montemor-o-Novo	8	0	4	13	0	25
Mora	9	0	3	3	2	17
Mourão	4	0	6	4	0	14
Portel	7	0	6	4	1	18
Redondo	5	0	4	5	0	14
Reguengos de Monsaraz	6	0	7	6	0	19
Vendas Novas	3	0	1	4	0	8
Viana do Alentejo	6	0	7	13	0	26
Vila Viçosa	5	0	4	6	0	15
14 Concelhos	99	0	82	112	7	300
NUTS 3 Baixo Alentejo						
Aljustrel	6	0	2	1	0	9
Almodôvar	8	0	9	6	0	23
Alvito	3	0	6	9	2	20
Beja	10	0	15	11	4	40
Barrancos	4	0	3	3	0	10
Castro Verde	6	0	9	6	3	24
Cuba	5	0	5	4	1	15
Ferreira do Alentejo	12	0	11	11	2	36
Mértola	12	1	2	4	7	26
Moura	9	0	3	3	2	17
Ourique	5	0	9	5	0	19
Serpa	11	0	12	11	0	34
Vidigueira	7	0	4	5	7	23
13 Concelhos	98	1	90	79	28	296
NUTS 3 Alentejo Litoral						
Alcácer do Sal	7	0	7	10	4	28
Grândola	15	5	13	34	10	77
Odemira	0	4	17	16	19	56
Santiago do Cacém	4	0	5	1	1	11
Sines	6	2	8	1	12	29
5 Concelhos	32	11	50	62	46	201
TOTAL	402	12	318	475	103	1310

Foram seleccionados para amostra 1.310 recursos, distribuídos pelos 58 concelhos da NUTS 2 Alentejo.

Nesta amostra foram incluídas todas as praias classificadas como acessíveis na região. Não foram, todavia, aplicados inquéritos às praias, uma vez que estas já são auditadas e classificadas pelo Programa “Praia Acessível – Praia para Todos”.

As 12 praias classificadas como acessíveis na região são as que constam do quadro abaixo:

NUTS 3	Concelho	Praia
Baixo Alentejo	Mértola	Albufeira da Tapada Grande
Alentejo Litoral	Grândola	Praia de Melides
		Praia do Pego
		Praia do Carvalhal
		Praia da Comporta
		Praia Tróia-Mar
	Odemira	Praia das Furnas
		Praia da Franquia
		Praia da Zambujeira do Mar
		Praia do Carvalhal
	Sines	Praia Vasco da Gama
		Praia de S. Torpes

A exclusão das praias da amostra inicialmente seleccionada, para evitar redundância, fez com que a amostra definida para os trabalhos de campo (realização de auditorias) integrasse, portanto, um total de 1.298 recursos.

Com a seguinte estratificação:

Museus / Monumentos / Igrejas	Alojamento	Restaurantes	Animação Turística	Total
402	318	475	103	1.298

Da amostra seleccionada foram aplicados e completados inquéritos, in loco, com sucesso, a um total de 1.004 alvos, distribuídos da seguinte forma, por localização e tipologia:

Concelhos	Museus / Monumentos / Igrejas	Alojamento	Restaurantes	Animação Turística	Total
NUTS 3 Lezíria do Tejo					
Almeirim	2	1	3	2	8
Azambuja	2	1	2	1	6
Alpiarça	1	1	7	0	9
Benavente	8	2	5	1	16
Cartaxo	1	1	2	0	4
Chamusca	1	1	0	0	2
Coruche	3	2	11	0	16
Colegã	4	5	5	0	14
Rio Maior	7	1	2	0	10
Salvaterra de Magos	5	1	9	1	16
Santarém	18	4	9	1	32
11 Concelhos	52	20	55	6	133

NUTS 3 Alto Alentejo					
Alter do Chão	6	4	7	1	18
Arronches	4	1	2	0	7
Avis	3	3	10	1	17
Campo Maior	9	3	6	0	18
Castelo de Vide	3	7	6	2	18
Crato	4	2	3	0	9
Elvas	16	10	29	0	55
Fronteira	4	4	8	3	19
Gavião	2	3	5	0	10
Marvão	7	4	6	0	17
Monforte	3	2	2	0	7
Nisa	5	4	3	0	12
Ponte de Sor	5	3	15	1	24
Portalegre	10	7	11	1	29
Sousel	8	1	3		12
14 Concelhos	89	58	116	9	272
NUTS 3 Alentejo Central					
Alandroal	11	5	5	1	22
Arraiolos	4	8	9	0	21
Borba	7	2	2	0	11
Estremoz	7	3	7	0	17
Évora	17	22	32	3	74
Montemor-o-Novo	8	4	13	0	25
Mora	6	4	6	1	17
Mourão	4	6	4	0	14
Portel	7	6	4	1	18
Redondo	5	3	5	0	13
Reguengos de Monsaraz	6	8	6	0	20
Vendas Novas	3	1	3	0	7
Viana do Alentejo	6	7	13	0	26
Vila Viçosa	5	4	6	0	15
14 Concelhos	96	83	115	6	300
NUTS 3 Baixo Alentejo					
Aljustrel	5	2	1	0	8
Almodôvar	4	2	2	0	8
Alvito	1	3	4	1	9
Beja	10	5	4	0	19
Barrancos	4	3	3	0	10
Castro Verde	4	4	1	1	10
Cuba	2	1	0		3

Ferreira do Alentejo	9	6	5		20
Mértola	8	2	2		12
Moura	9	3	3	2	17
Ourique	4	3	3	0	10
Serpa	6	5	10	0	21
Vidigueira	6	2	3	2	13
13 Concelhos	72	41	41	6	160
NUTS 3 Alentejo Litoral					
Alcácer do Sal	2	5	7	1	15
Grândola	15	8	28	7	58
Santiago do Cacém	4	5	1	0	10
Odemira	0	13	13	12	38
Sines	4	5	1	8	18
5 Concelhos	25	36	50	28	139
TOTAL	334	238	377	55	1004

Em resumo:

	Museus / Monumentos / Igrejas	Alojamento	Restaurantes	Animação Turística	Total
Amostra inicial	402	318	475	103	1.298
Inquiridos	334	238	377	55	1.004
Diferença	-68	-80	-98	-48	-294

Como é normal com este tipo de metodologia, o número de alvos colhidos com sucesso é, por regra, inferior ao da amostra definida para os trabalhos de campo. Neste caso, a diferença é de 294 alvos, registando-se sucesso em mais de 75% da amostra inicial.

No caso deste projeto, a diferença entre a dimensão da amostra definida para os trabalhos de campo e o número de alvos colhidos com sucesso resulta dos seguintes fatores:

- Não adesão dos promotores, que mostraram indisponibilidade ou desinteresse para a auditoria, com a consequente não aplicação dos inquéritos;
- Encerramento dos recursos, i.e., os auditores encontraram as portas do estabelecimento sistematicamente fechadas e não conseguiram estabelecer contacto;
- Alguns recursos identificados pelas autarquias não reuniram as condições identificadas à partida (e disponibilizadas) para a aplicação dos inquéritos – situações não aplicáveis.

Deve notar-se que em todos estes casos houve a devida tentativa de contacto, e a auditoria não se realizou por motivos alheios à vontade dos responsáveis pelos trabalhos de campo.

A diferença de 294 alvos (número que, como vimos, não inclui as praias) distribui-se geograficamente da seguinte forma:

NUTS	Amostra Inicial	Inquiridos	Diferença
NUTS 3 Lezíria do Tejo	221	133	-88
NUTS 3 Alto Alentejo	292	272	-20
NUTS 3 Alentejo Central	300	300	0
NUTS 3 Baixo Alentejo	295	160	-135
NUTS 3 Alentejo Litoral	190	139	-51
Total	1.298	1.004	-294

Nota-se que a diferença foi mais acentuada na NUTS 3 Baixo Alentejo (-135) e NUTS 3 Lezíria do Tejo (-88).

É importante referir que a amostra recolhida com sucesso (1.004 recursos) constitui (com grande vantagem) a maior amostra colhida em Portugal num projeto deste tipo. Isto tem particular relevância por duas razões.

Em primeiro lugar, porque se conseguiu atingir uma massa crítica, a qual, como sabemos, é vital para qualquer processo de mudança estratégica. Em segundo lugar, porque os trabalhos de campo foram precedidos de um cuidadoso investimento no modelo de dados e nos procedimentos e ferramentas – a região fica dotada de uma base de dados de grande dimensão e abrangência geográfica, com dados fiáveis e detalhados. Uma quantidade e qualidade de informação sobre Turismo Acessível sem paralelo em todas as outras regiões do País.

5.2 ANÁLISE ESTATÍSTICA GLOBAL E POR TIPO DE RECURSOS

Como se referiu antes, a definição de uma escala de classificação dos recursos teve dois objetivos: (1) sintetizar os resultados e (2) ajudar a identificar os recursos que podem ser recomendados.

Deve notar-se que, por se tratar de um projeto orientado para o apoio a agentes turísticos, esta classificação coloca a ênfase na recomendação e não na verificação abstrata da acessibilidade.

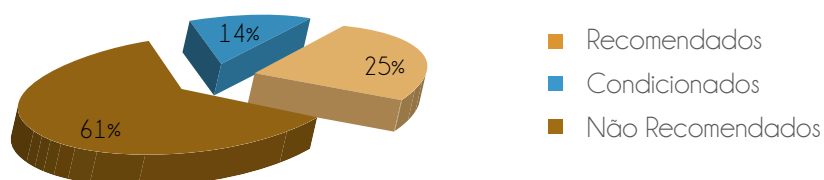
Ou seja, o que se pretende apurar é se o recurso pode ser recomendado (por ex., em guias ou websites, telefonicamente ou no posto de informações) a turistas que precisam de acessibilidade. Essa recomendação pressupõe a existência de um conjunto de condições básicas que neste projeto foram consideradas prioritárias.

O facto de um recurso ser “recomendado” não significa, necessariamente, que este cumpra todas as normas legais e regulamentares aplicáveis. Não é essa a expectativa criada junto do potencial turista pela recomendação. Ora, a classificação de um recurso como “acessível” pressuporia, necessariamente, a verificação exhaustiva do cumprimento de todas as normas legais e regulamentares aplicáveis. Essa verificação, sendo importante, era comparativamente menos prioritária no âmbito deste projeto, e inviável do ponto de vista logístico.

Feita a nota prévia, observem-se agora os dados: numa análise global, podemos verificar que 61% dos recursos auditados foram classificados como “Não Recomendados”, 25% como “Condicionados” e 14% como “Recomendados”.

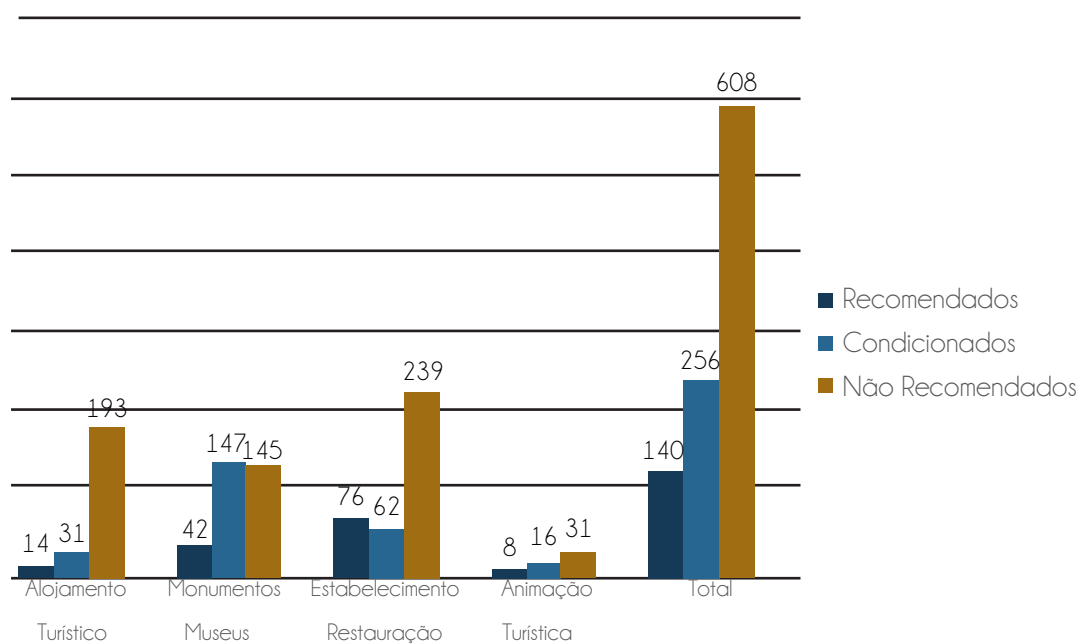
	Alojamento Turístico	Monumentos / Museus	Estabelecimentos Restauração	Animação Turística	Total
Recomendados	1%	4%	8%	1%	14%
Condicionados	3%	15%	6%	2%	25%
Não Recomendados	19%	14%	24%	3%	61%

ANÁLISE ESTATÍSTICA GLOBAL



Uma análise por tipo de recurso (ver quadro abaixo) indica que:

- É na tipologia “Estabelecimentos de Restauração” que se verifica a maior percentagem de recursos “não recomendados”, e a maior percentagem de “recomendados”;
- É tipologia “Museus e Monumentos” que se verifica a maior percentagem de recursos “condicionados”.



5.3 ANÁLISE ESTATÍSTICA POR DISTRITO

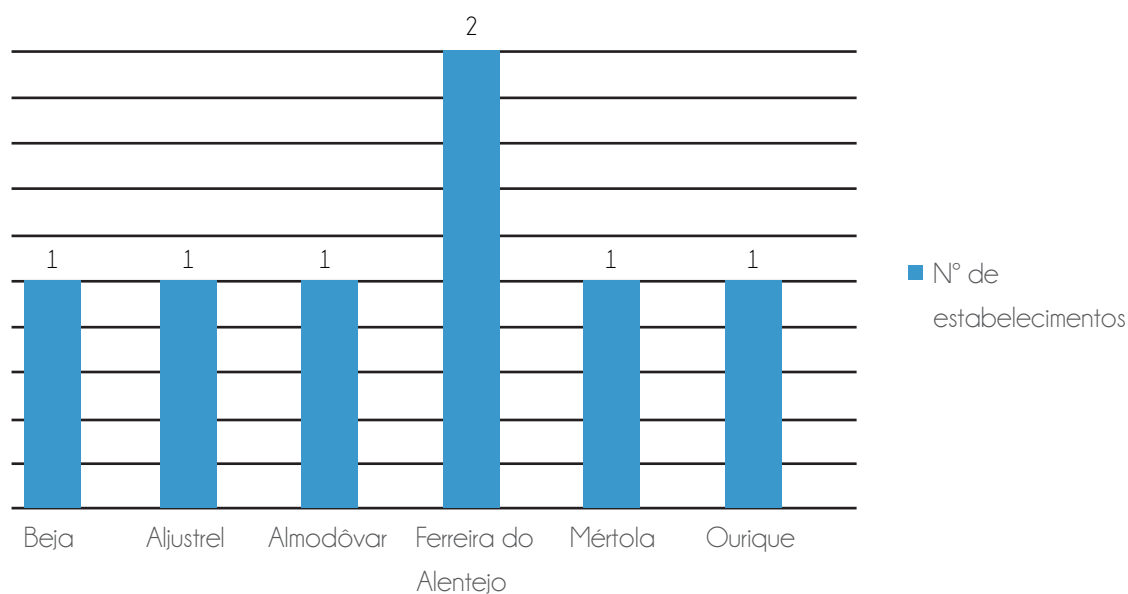
ALOJAMENTO TURÍSTICO

Na NUTS 3 Baixo Alentejo, o número de recursos recomendados por concelho, num total de 41 recursos inquiridos, é de apenas 2 e localizam-se no concelho de Castro Verde.

Face aos 41 estabelecimentos inquiridos na NUTS 3 Baixo Alentejo, a percentagem de alojamento considerado acessível ronda os 4%, valor demasiado baixo tendo em conta o número de unidades de alojamento com atividade comercial recente. Os dados indicam que nestas novas unidades, apesar de ser cumprida a maior parte dos normativos técnicos ligados à acessibilidade, em quase todos os casos existe a falha no cumprimento de um ou dois requisitos. Normalmente a não existência de um assento no duche, a altura do bordo da base do duche superar os 2 cm, ou a inexistência de barras de apoio nesta zona são o suficiente para não permitir a utilização de forma autónoma e em segurança por parte do cliente.

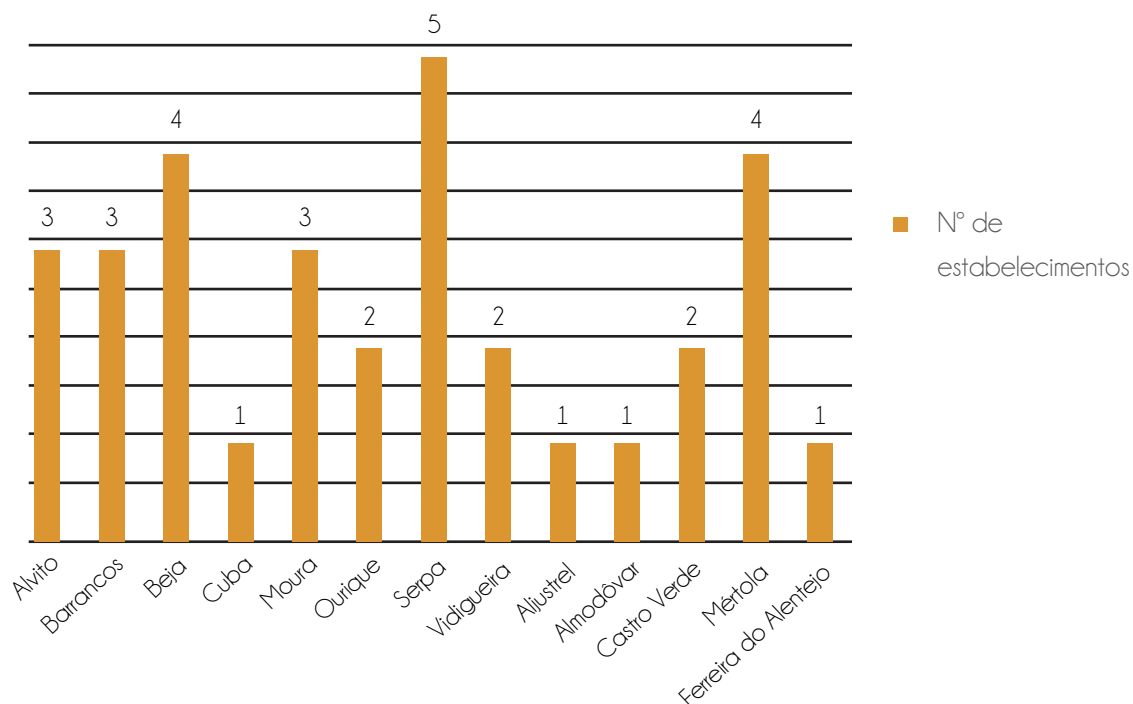
Quanto ao número de recursos condicionados nesta NUTS: existência de 7 recursos, distribuídos pelos concelhos de Beja, Aljustrel, Almodôvar, Ferreira do Alentejo, Mértola e Ourique.

Nº ESTABELECIMENTOS DE ALOJAMENTO CONDICIONADOS PO CONCELHO, NA NUTS 3 BAIXO ALENTEJO



Quanto ao número de recursos não recomendados nesta NUTS, contabilizam-se 32 recursos, representando o alojamento não recomendado 81,5% dos recursos auditados.

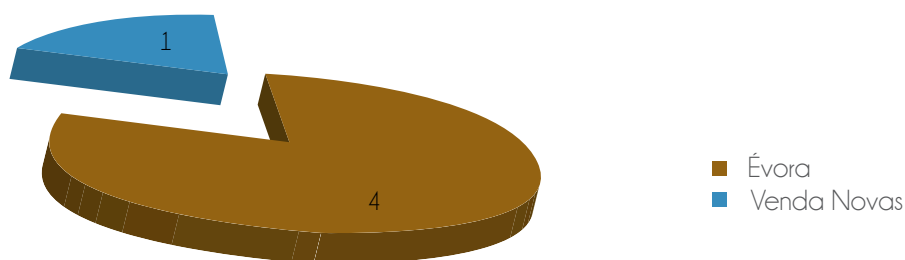
Nº ESTABELECIMENTOS DE ALOJAMENTO NÃO RECOMENDADOS POR CONCELHO, NA NUTS 3 BAIXO ALENTEJO



Na NUTS 3 Alentejo Central registam-se apenas 5 unidades de alojamento com a classificação de Recomendado, 4 no concelho de Évora e 1 no concelho de Vendas Novas.

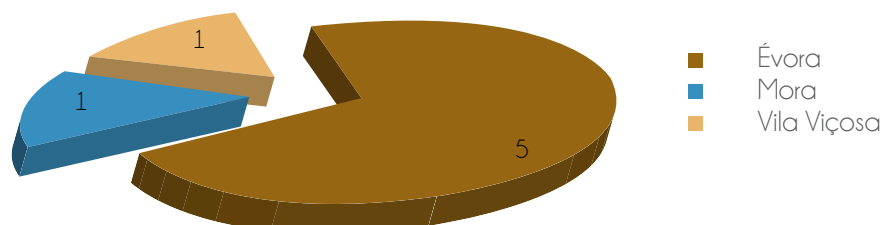
Face aos 83 estabelecimentos inquiridos nesta NUTS, a percentagem de alojamento Recomendado ronda os 6%.

Nº ESTABELECIMENTOS DE ALOJAMENTO RECOMENDADOS POR CONCELHO, NA NUTS 3 ALENTEJO CENTRAL



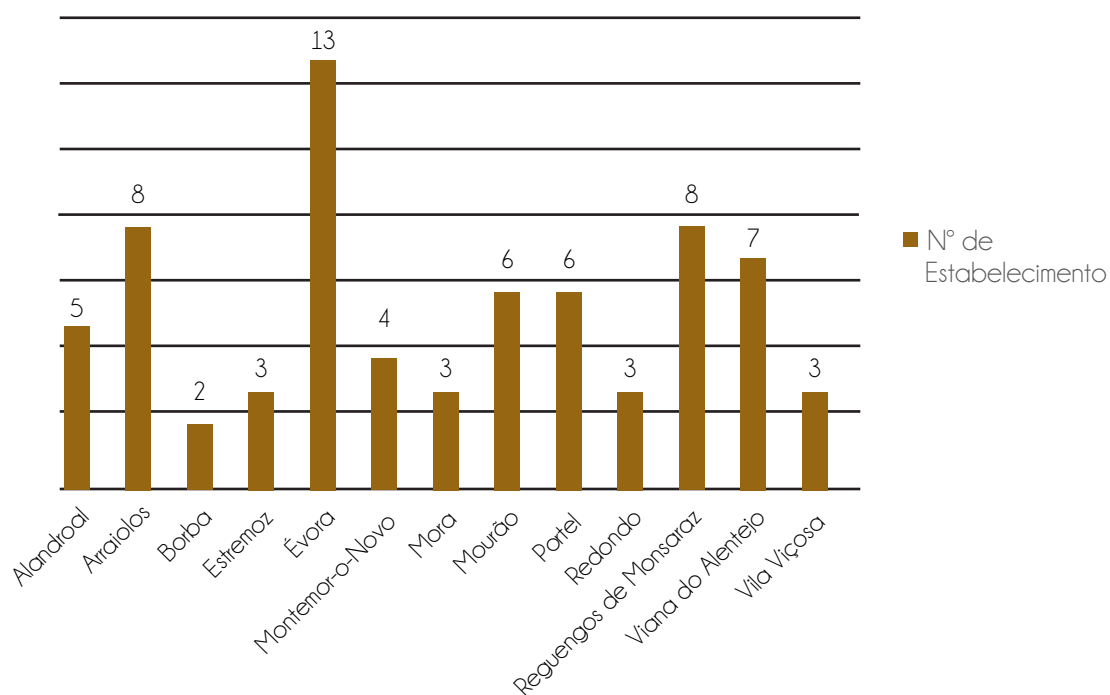
Nesta NUTS existem 7 recursos condicionados, distribuídos pelos concelhos de Évora (5), Mora (1) e Vila Viçosa (1).

Nº ESTABELECIMENTOS DE ALOJAMENTO CONDICIONADOS POR CONCELHO, NA NUTS 3 ALENTEJO CENTRAL



Na NUTS 3 Alentejo Central existem 71 recursos não recomendados e no cômputo global, estes 71 recursos representam 85,5% dos estabelecimentos inquiridos na NUTS.

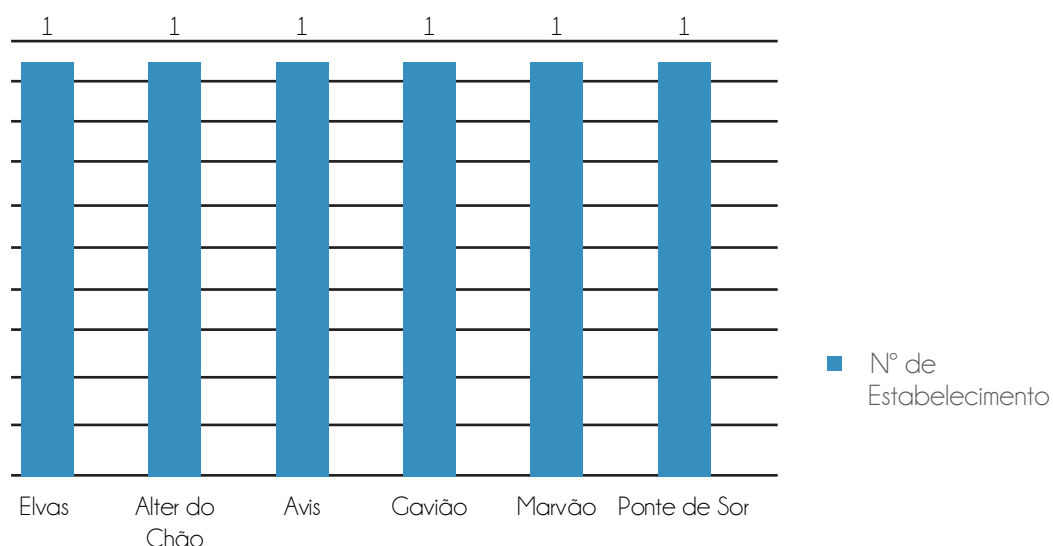
Nº ESTABELECIMENTOS DE ALOJAMENTO NÃO RECOMENDADOS POR CONCELHO, NA NUTS 3 ALENTEJO CENTRAL



Na NUTS 3 Alto Alentejo há 5 recursos recomendados, igualmente distribuídos por 5 concelhos: Arronches, Nisa, Monforte, Marvão e Ponte de Sor. No cômputo global, representam 8,6% do total de inquiridos da NUTS.

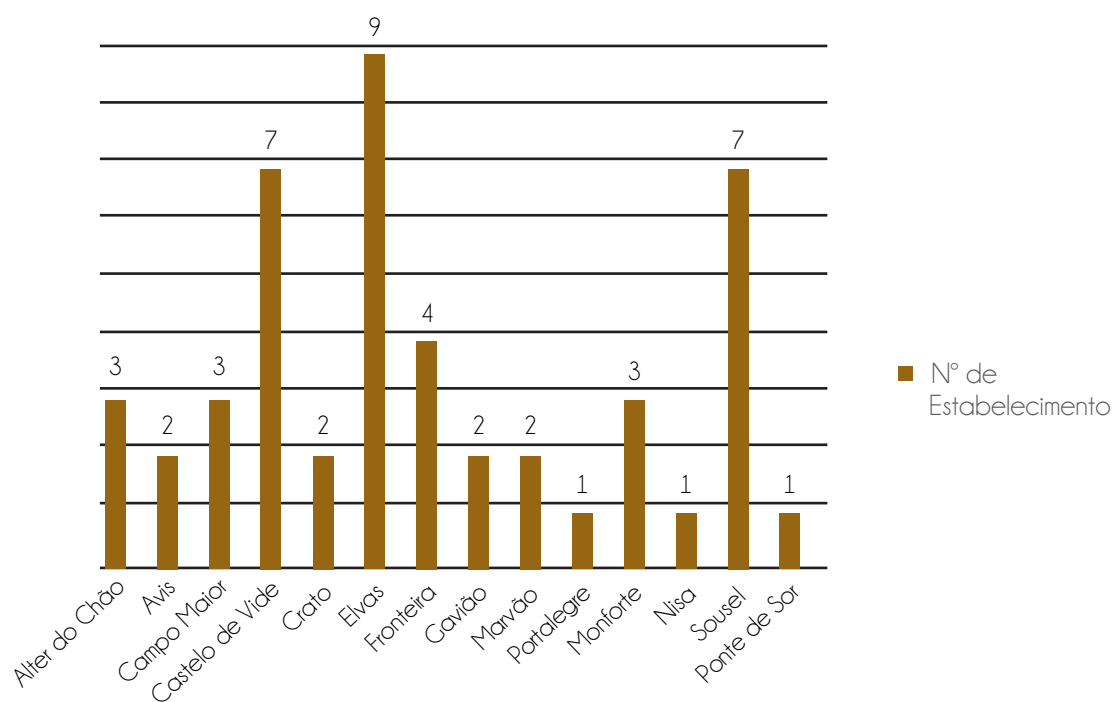
Existem 6 recursos condicionados, distribuídos por 6 concelhos.

Nº DE ESTABELECIMENTOS DE ALOJAMENTO CONDICIONADOS POR CONCELHO, NA NUTS 3 ALTO ALENTEJO



Nesta NUTS 3 – Alto Alentejo, 47 recursos foram classificados como Não Recomendado, correspondendo a 81 % dos estabelecimentos inquiridos no Alto Alentejo.

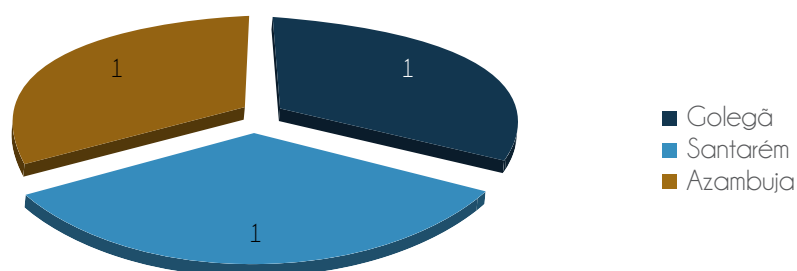
Nº ESTABELECIMENTOS DE ALOJAMENTO NÃO RECOMENDADOS POR CONCELHO, NA NUTS 3 ALTO ALENTEJO



A NUTS 3 Lezíria do Tejo apresenta o número mais reduzido de alojamentos inquiridos (20). A avaliação realizada indica não existir um único estabelecimento que este projeto possa dar como Recomendado.

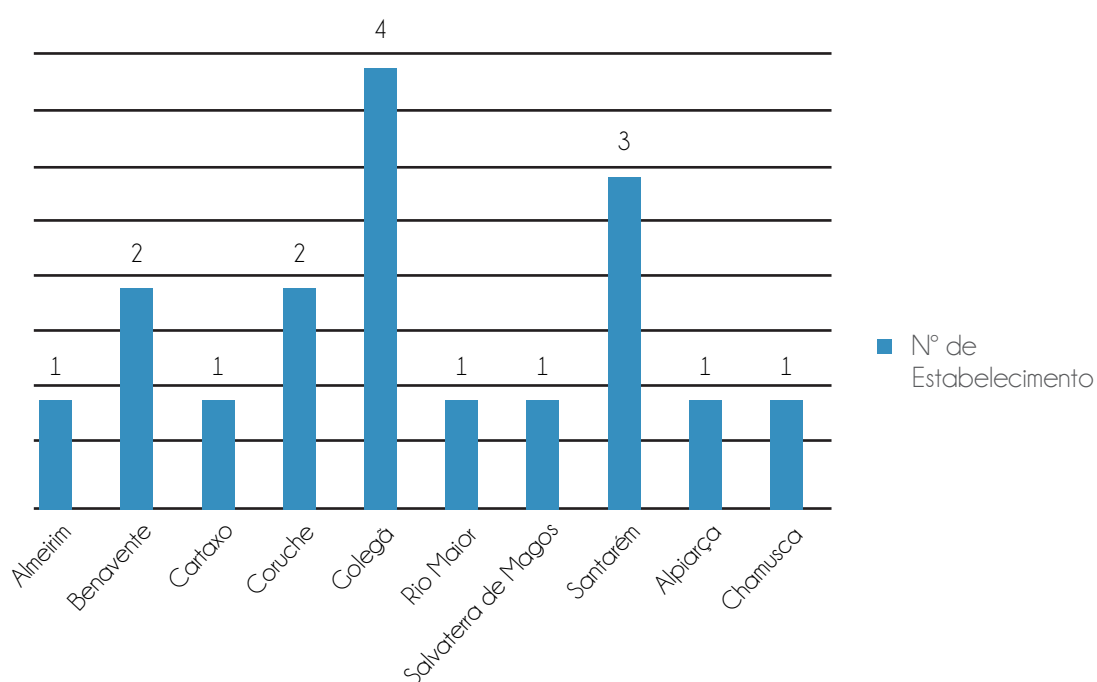
Em 20 estabelecimentos auditados, 3 foram classificados como Condicionados, conforme gráfico abaixo:

Nº ESTABELECIMENTOS DE ALOJAMENTO CONDICIONADOS POR CONCELHO, NA NUTS 3 LEZIRIA DO TEJO



O n.º de estabelecimentos de alojamento Não Recomendados é nesta NUTS 3 de 17, correspondendo a 85% do total de recursos inquiridos nesta tipologia neste Distrito. A distribuição por concelhos é a que se apresenta no quadro abaixo.

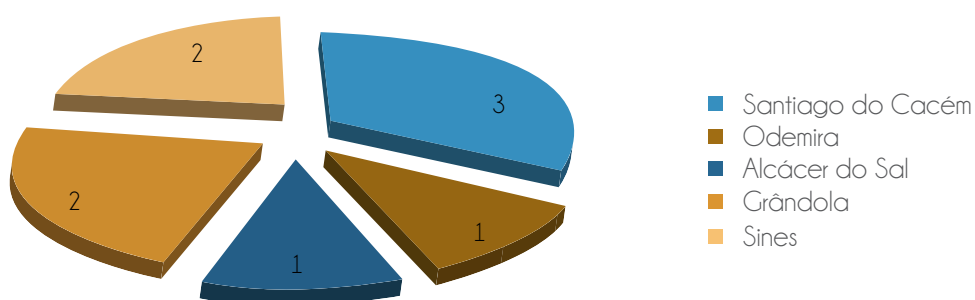
Nº ESTABELECIMENTOS DE ALOJAMENTO NÃO RECOMENDADOS POR CONCELHO, NA NUTS 3 LEZIRIA DO TEJO



A amostra selecionada na NUTS 3 Alentejo Litoral centrou-se nos concelhos de Alcácer do Sal, Grândola, Odemira, Santiago do Cacém e Sines. Dos 36 alojamentos inquiridos constatou-se a existência de (apenas) um alojamento Recomendado, no concelho de Sines.

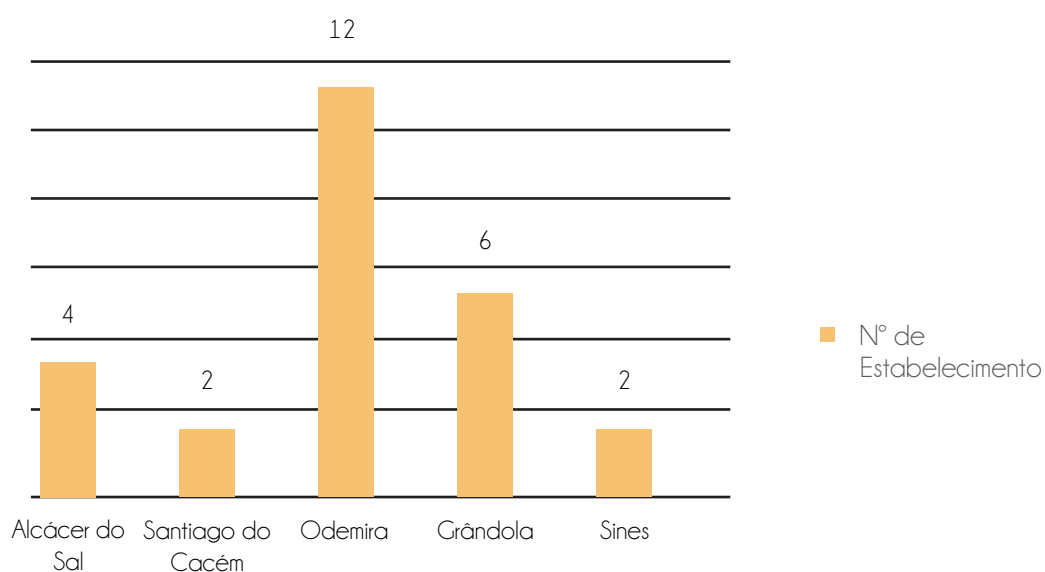
Diferenciando-se das outras NUTS 3, o Alentejo Litoral apresenta 25% de estabelecimentos condicionados, repartidos em todos os concelhos considerados da amostra.

Nº ESTABELECIMENTOS DE ALOJAMENTO CONDICIONADOS POR CONCELHO, NA NUTS 3 ALENTEJO LITORAL



Os estabelecimentos classificados como não recomendados representam 72% dos inquiridos, traduzindo-se em 26 unidades de alojamento.

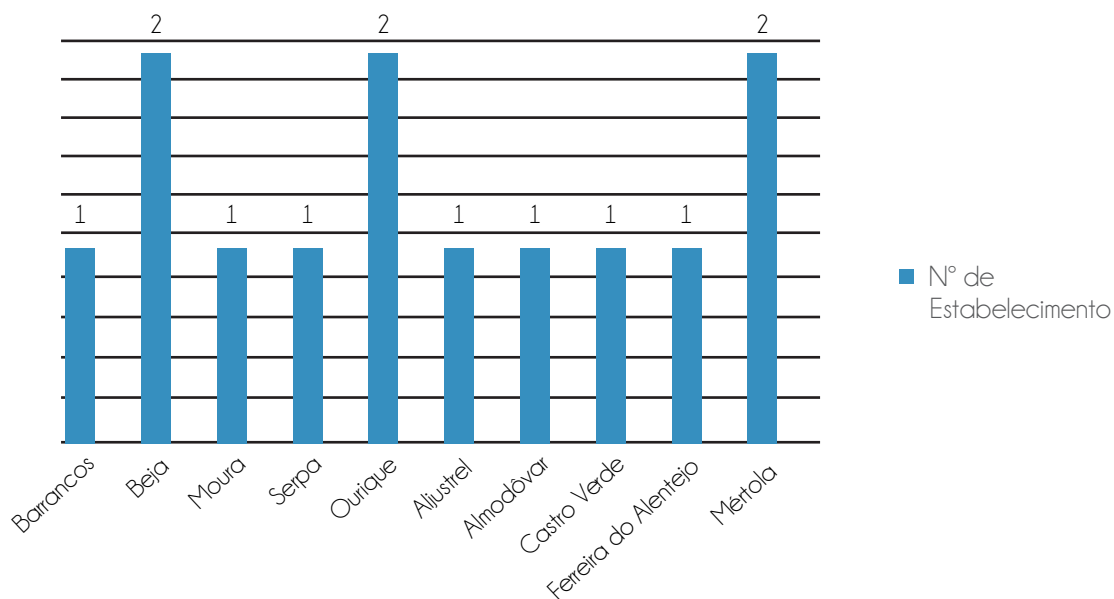
Nº ESTABELECIMENTOS DE ALOJAMENTO NÃO RECOMENDADOS POR CONCELHO, NA NUTS 3 ALENTEJO LITORAL



RESTAURAÇÃO

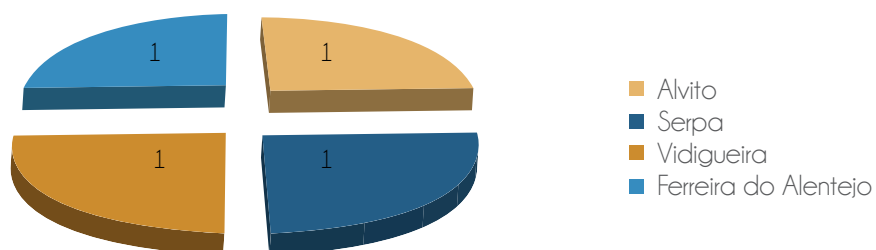
Na NUTS 3 Baixo Alentejo contabilizaram-se 13 restaurantes recomendados, representando 32% dos estabelecimentos inquiridos. Destacam-se os concelhos de Mértola, Ourique e Beja com maior de número de estabelecimentos de restauração recomendados.

Nº ESTABELECIMENTOS DE RESTAURAÇÃO RECOMENDADOS POR CONCELHO, NA NUTS 3 BAIXO ALENTEJO



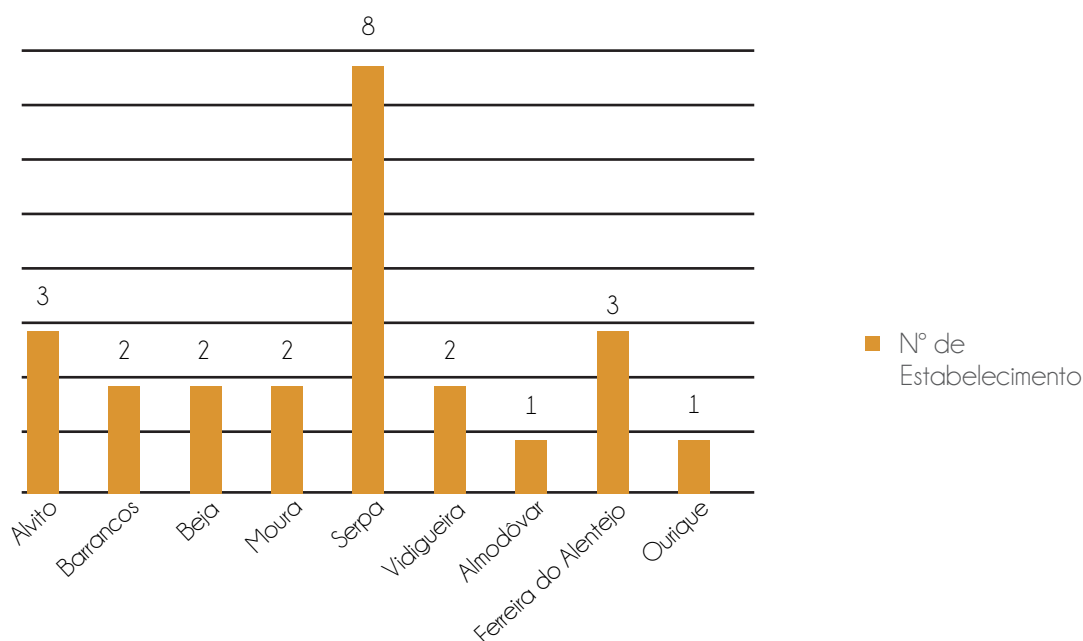
Quanto aos Recursos Condicionados no Baixo Alentejo, como podemos verificar no gráfico abaixo, estes representam 4 do total inquirido (10%), concentrando-se equitativamente por 4 concelhos da NUTS 3.

Nº ESTABELECIMENTOS DE RESTAURAÇÃO CONDICIONADOS POR CONCELHO, NA NUTS 3 BAIXO ALENTEJO



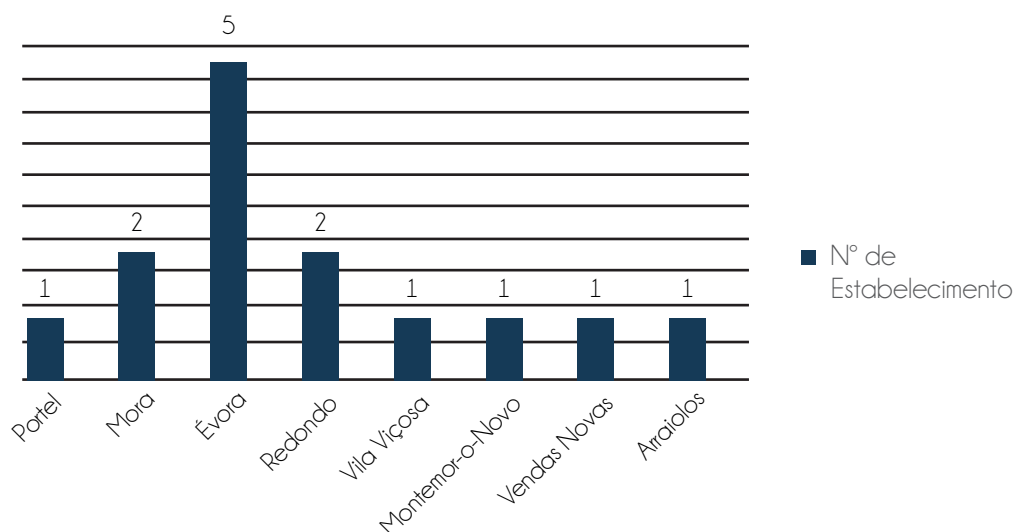
Os estabelecimentos não recomendados na NUTS 3 Baixo Alentejo traduzem-se em 59% dos estabelecimentos inquiridos, com um valor de 24 estabelecimentos.

Nº ESTABELECIMENTOS DE RESTAURAÇÃO NÃO RECOMENDADOS POR CONCELHO, NA NUTS 3 BAIXO ALENTEJO



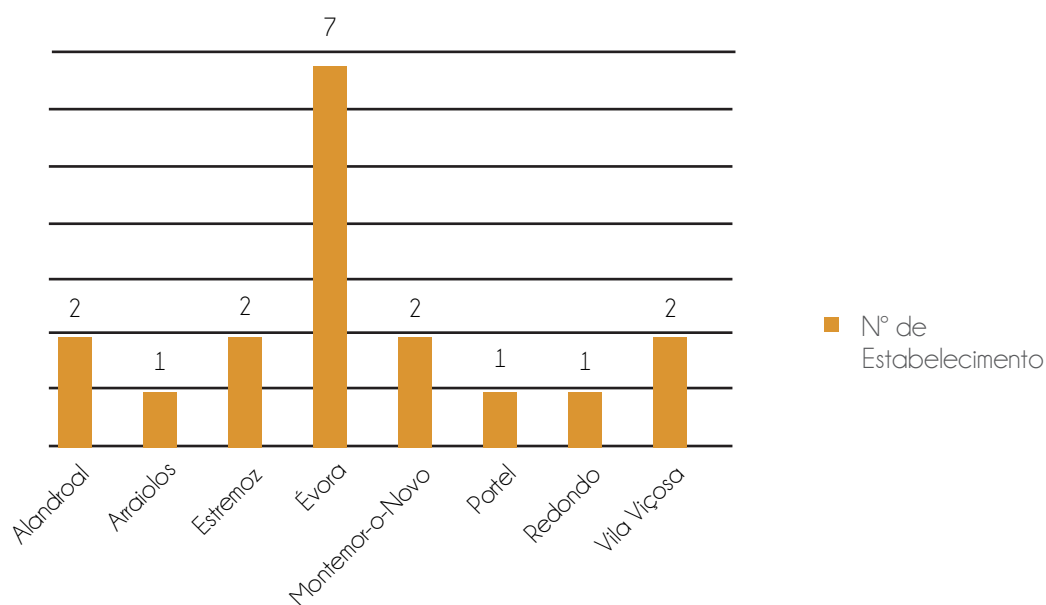
No que diz respeito aos estabelecimentos de restauração da NUTS 3 Alentejo Central, constata-se que face às 115 unidades inquiridas, 14 foram consideradas recomendadas (12%). A maior parte dos estabelecimentos considerados acessíveis a pessoas com mobilidade condicionada encontram-se localizados no concelho de Évora (5), Mora e Redondo (2).

Nº ESTABELECIMENTOS DA RESTAURAÇÃO RECOMENDADOS POR CONCELHO, NA NUTS 3 ALENTEJO CENTRAL



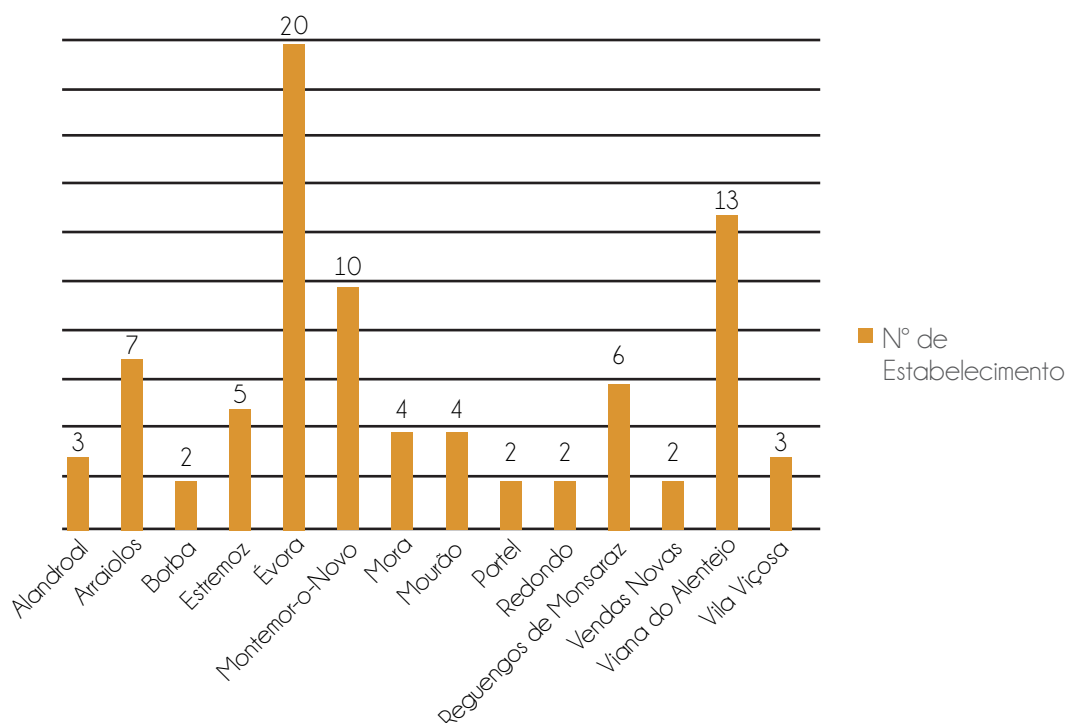
Os estabelecimentos que apresentam condicionantes à acessibilidade de clientes com mobilidade reduzida representam 15,5% dos inqueridos (num total de 18), sendo Évora o concelho que maior oferta condicionada oferece. Destacam-se ainda os concelhos de Portel, Redondo e Vila Viçosa, que para além desta oferta condicionada, apresentam igualmente estabelecimentos considerados acessíveis.

Nº ESTABELECIMENTOS DE RESTAURAÇÃO CONDICIONADOS POR CONCELHO, NA NUTS 3 ALENTEJO CENTRAL



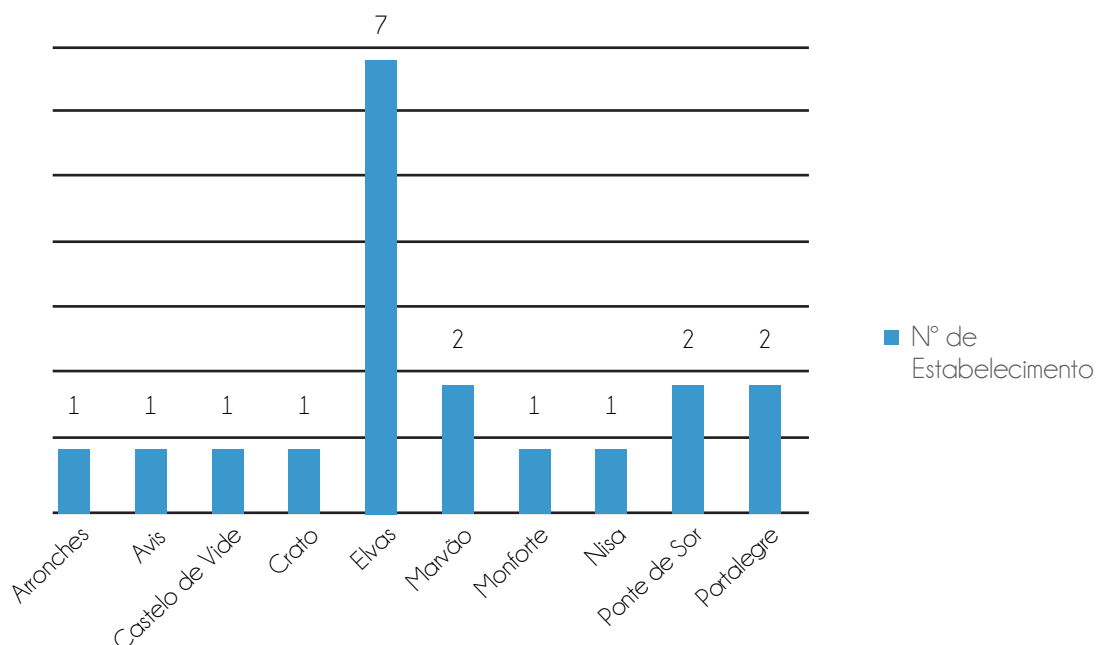
Todos os concelhos desta NUTS, sem exceção, apresentam unidades de restauração classificadas como não recomendadas, representando 71,5% dos inquiridos (83).

Nº ESTABELECIMENTOS DE RESTAURAÇÃO NÃO RECOMENDADOS POR CONCELHO, NA NUTS 3 ALENTEJO CENTRAL



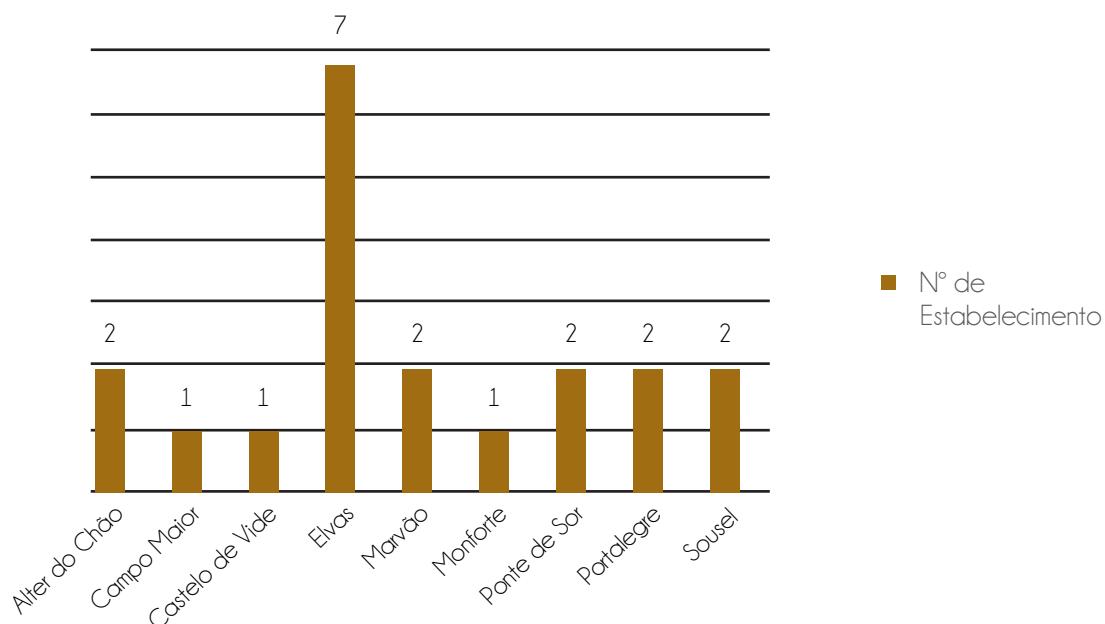
Na NUTS 3 Alto Alentejo foram aplicados 116 inquéritos aos estabelecimentos de Restauração, destacando-se 29 aplicados em Elvas, 15 em Ponte de Sor, 11 em Portalegre e 10 em Avis. O n.º de estabelecimentos de restauração recomendados neste distrito é de 19 (16,4% do total), destacando-se 7 em Elvas.

Nº ESTABELECIMENTOS DE RESTAURAÇÃO RECOMENDADOS POR CONCELHO, NA NUTS 3 ALTO ALENTEJO



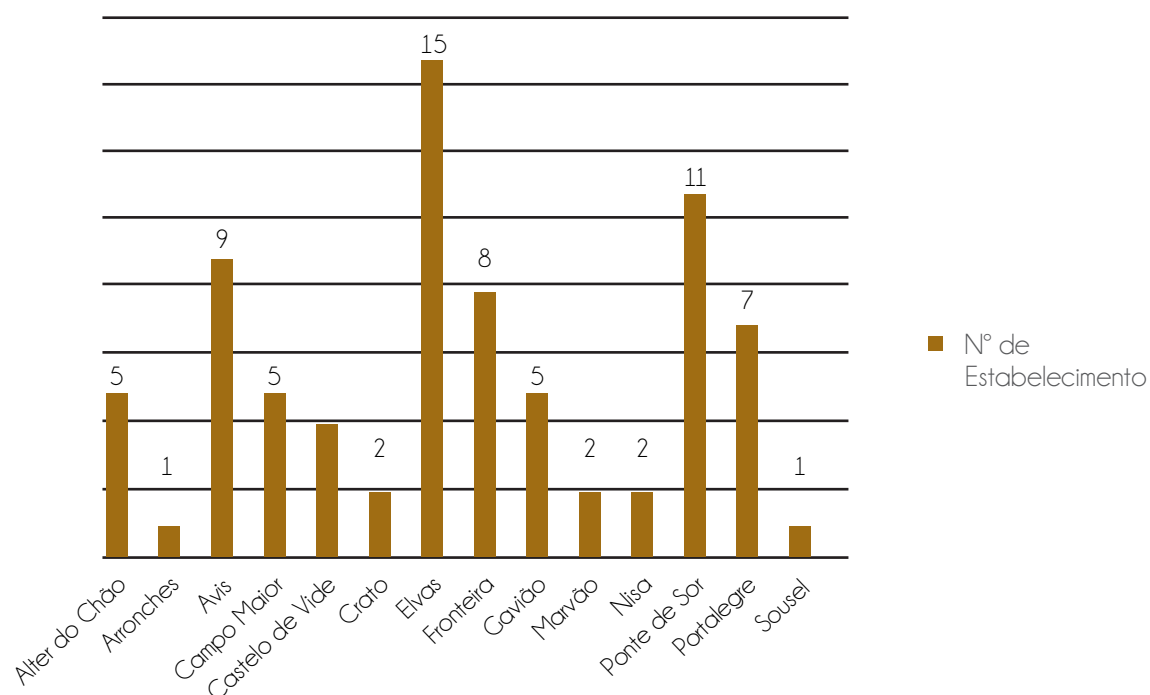
O n.º de estabelecimentos de restauração condicionados no Alto Alentejo é de 20 (17% do total), destacando-se, mais uma vez Elvas, também com 7. Esta situação não é de estranhar uma vez que é neste concelho, conforme já explicado acima, que se concentra o maior n.º de estabelecimentos inquiridos.

Nº ESTABELECIMENTOS DE RESTAURAÇÃO CONDICIONADOS POR CONCELHO, NA NUTS 3 ALTO ALENTEJO



O n.º de recursos Não Recomendados na NUTS 3 Alto Alentejo (77) representam 66% dos recursos inquiridos.

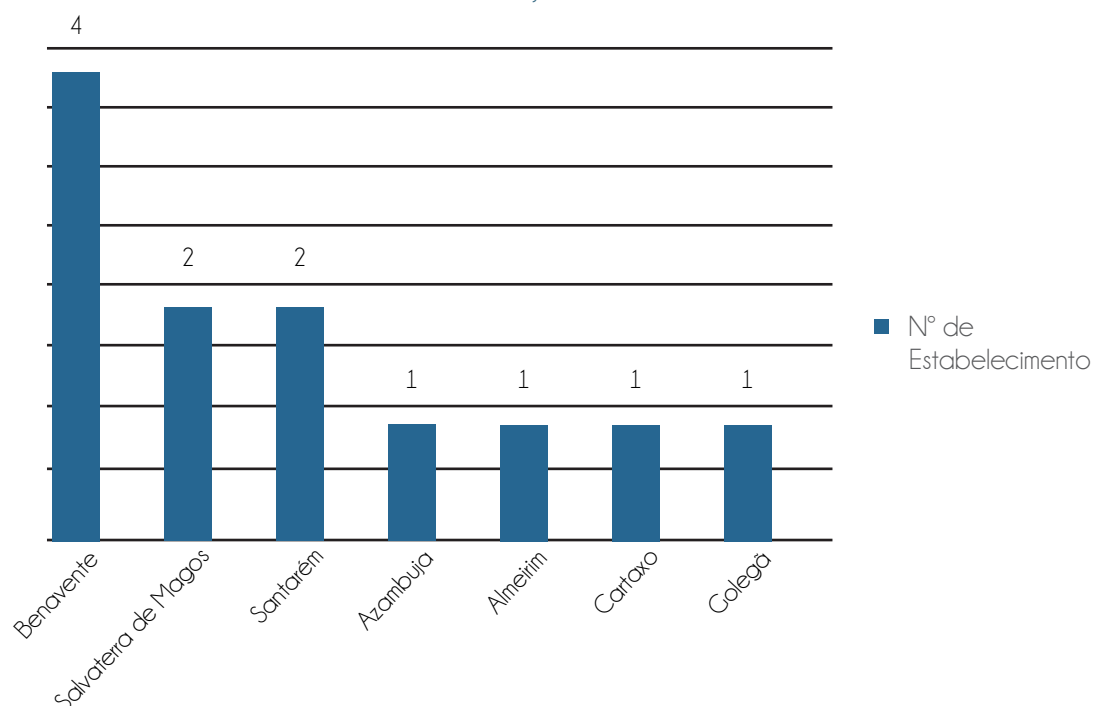
Nº ESTABELECIMENTOS DE RESTAURAÇÃO NÃO RECOMENDADOS POR CONCELHO, NA NUTS 3 ALTO ALENTEJO



No NUTS 3 Lezíria do Tejo foram aplicados 55 inquéritos aos estabelecimentos de Restauração, destacando-se 11 aplicados em Coruche e 9 em Salvaterra de Magos e Santarém.

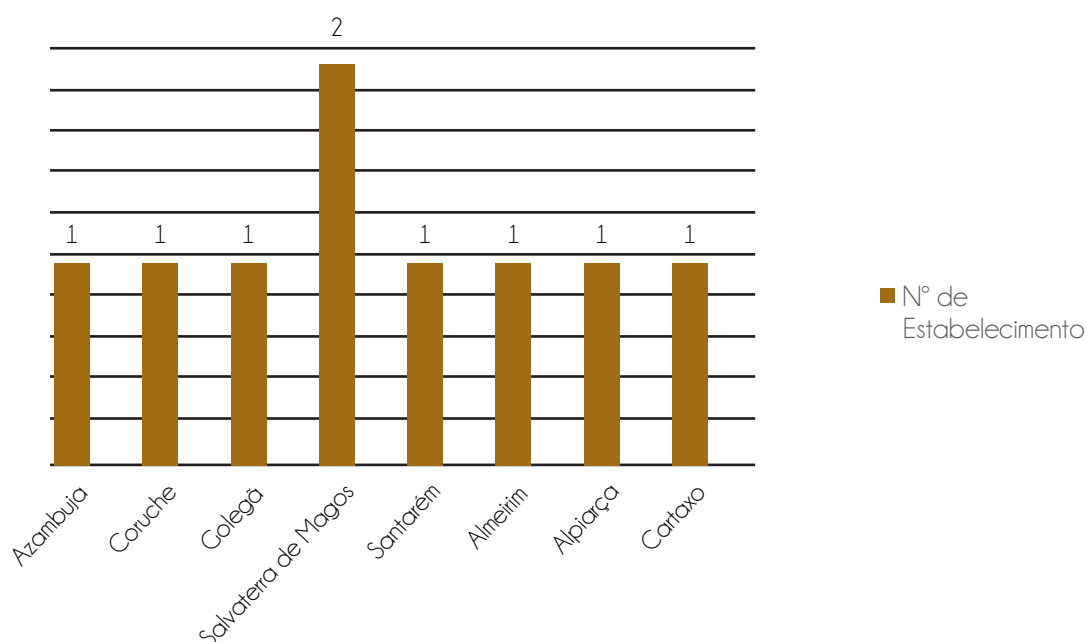
O n.º de estabelecimentos de restauração recomendados nesta NUTS é de 12 (22% do total), destacando-se 4 em Benavente.

Nº ESTABELECIMENTOS DE RESTAURAÇÃO RECOMENDADOS POR CONCELHO, NUTS 3 LEZIRIA DO TEJO



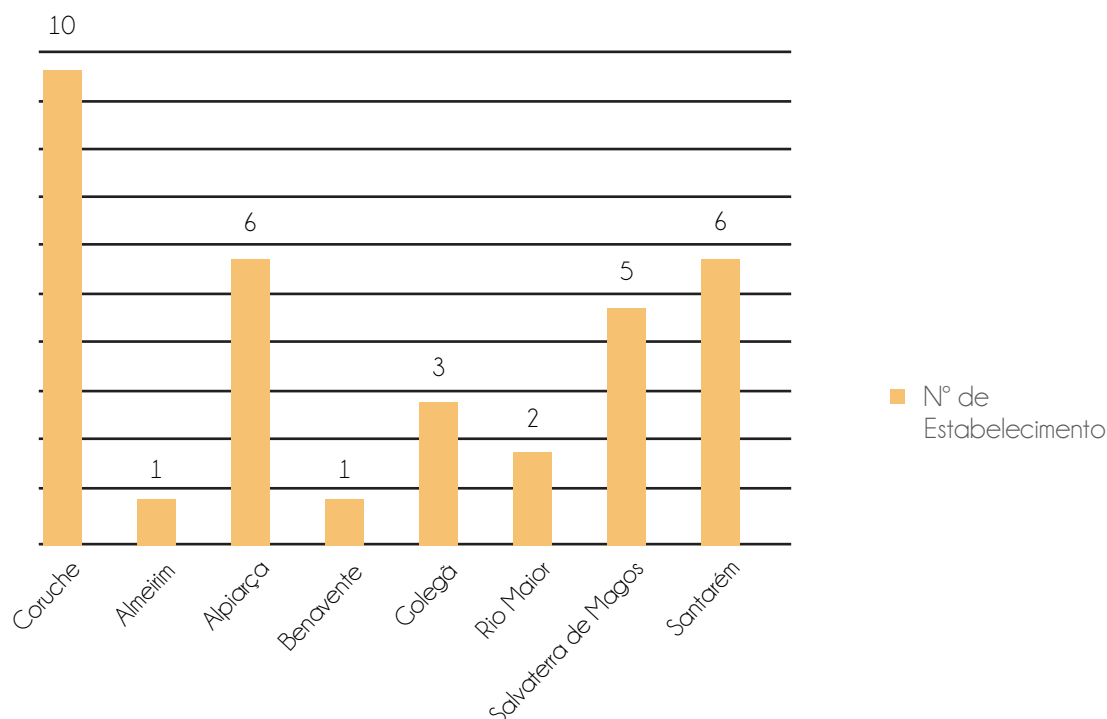
O n.º de estabelecimentos de restauração condicionados na Lezíria do Tejo é de 9 (16% do total), destacando-se 2 em Salvaterra de Magos.

Nº ESTABELECIMENTOS DE RESTAURAÇÃO CONDICIONADOS POR CONCELHOS, NA NUTS 3 LEZÍRIA DO TEJO



O n.º de recursos Não Recomendados na NUTS 3 Lezíria do Tejo (34) representam 62% do total de recursos inquiridos.

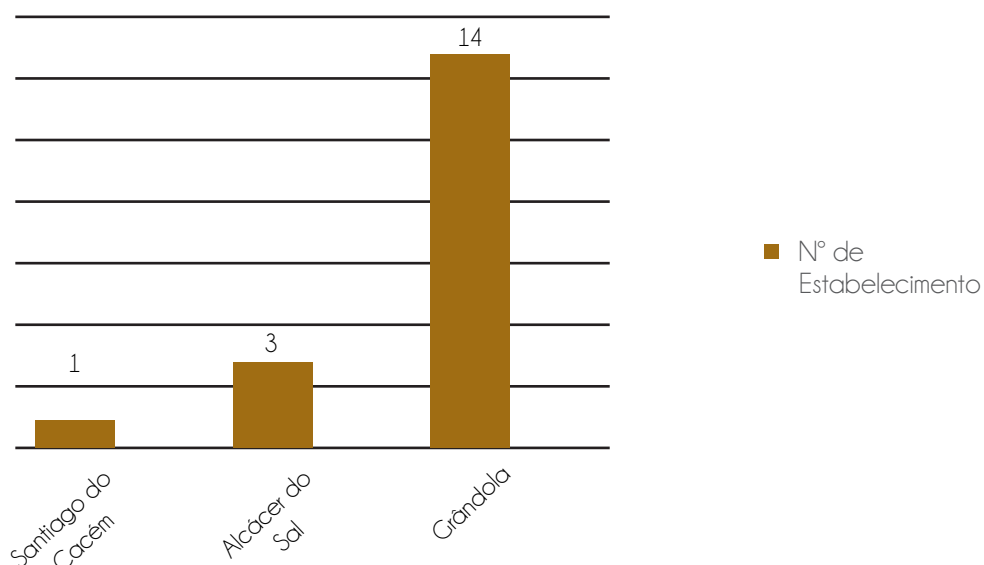
Nº ESTABELECIMENTOS DE RESTAURAÇÃO NÃO RECOMENDADOS POR CONCELHO, NA NUTS 3 LEZÍRIA DO TEJO



No que respeita à NUTS 3 Alentejo Litoral, verificam-se 18 estabelecimentos classificados como recomendados, representando uma taxa de 36% face aos inquiridos. Ressalta-se este valor face aos outros concelhos NUTS 2 Alentejo.

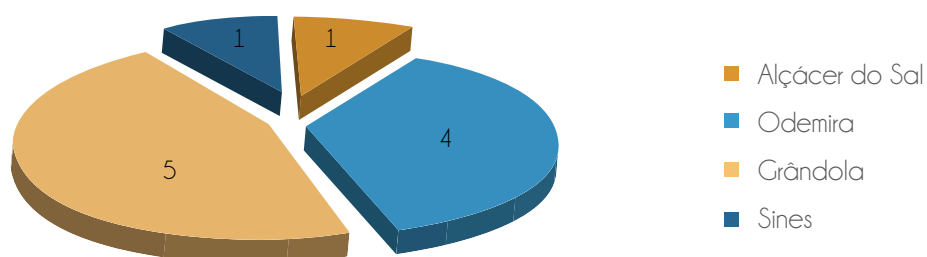
Daqui também se destaca, com maior número de estabelecimentos de restauração recomendados, o Concelho de Grândola, com 14.

Nº DE ESTABELECIMENTOS DE RESTAURAÇÃO RECOMENDADOS POR CONCELHO, NA NUTS 3 ALENTEJO LITORAL



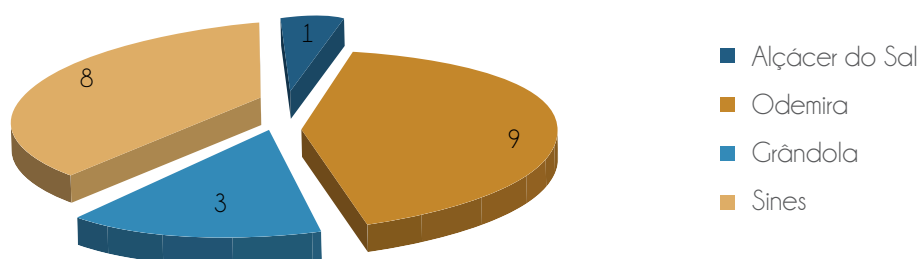
Da leitura do gráfico, salienta-se o número de estabelecimentos condicionados em Grândola (5) e Odemira (4). O Concelho de Grândola destaca-se na oferta de estabelecimentos de restauração acessíveis, se considerarmos cumulativamente o número de estabelecimentos recomendados e condicionados existentes (num total de 19),

Nº ESTABELECIMENTOS DE RESTAURAÇÃO CONDICIONADOS POR CONCELHO, NA NUTS 3 ALENTEJO LITORAL



Contam-se 21 estabelecimentos não recomendados nos concelhos analisados no Alentejo Litoral, que face ao número de inquiridos representam 42% do total.

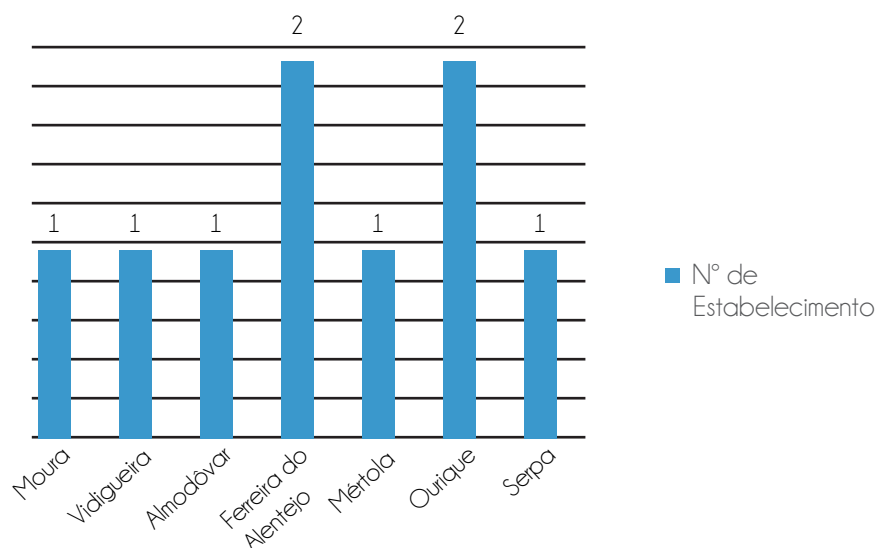
Nº ESTABELECIMENTOS DE RESTAURAÇÃO NÃO RECOMENDADOS POR CONCELHO, NA NUTS 3
ALENTEJO LITORAL



MUSEUS E MONUMENTOS

Na NUTS 3 Baixo Alentejo o número de recursos recomendados por concelho, num total de 72 recursos inquiridos, é de apenas nove, distribuídos pelos concelhos identificados no gráfico abaixo.

Nº MUSEUS E MONUMENTOS RECOMENDADOS POR CONCELHO, NA NUTS 3 BAIXO ALENTEJO



Estes recursos acessíveis representam uma percentagem de apenas 12,5%.

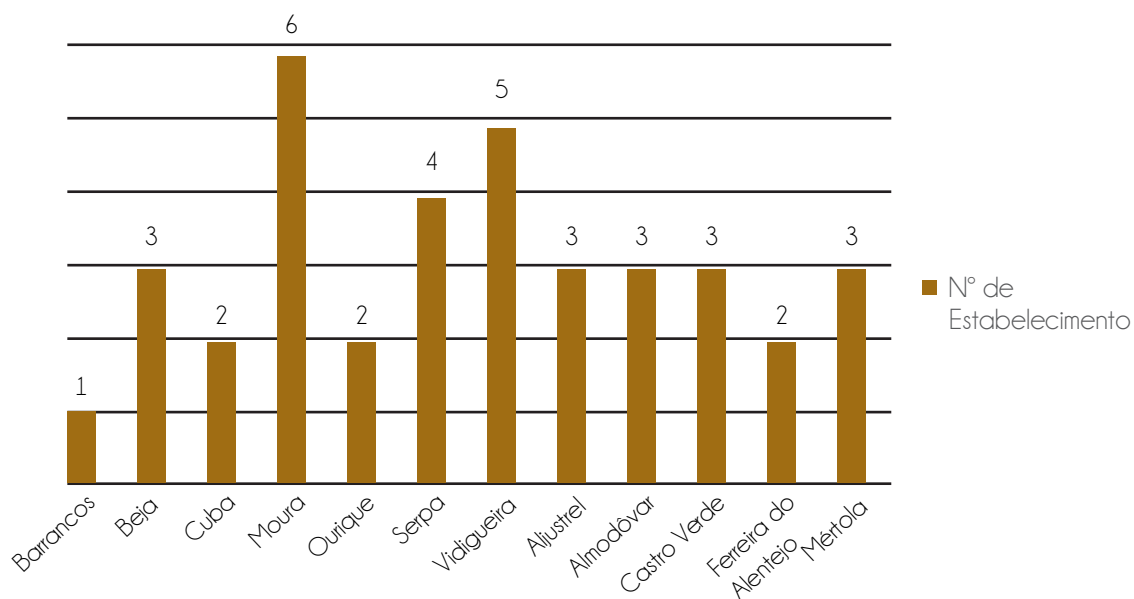
Numa análise mais fina, verificamos que do total de recursos recomendados, 4 pertencem a entidades privadas e 5 a entidades públicas.

O concelho de Beja, o único da NUTS 3 Baixo Alentejo que possui Plano de Acessibilidade, com 10 recursos inquiridos, não tem nenhum recomendado, tem 3 condicionados e 7 não recomendados, admitindo-se que as características dos edifícios do Centro Histórico possam condicionar a adaptação dos espaços.

Quanto ao número de recursos condicionados nesta NUTS, 37 no total, o quadro seguinte dá-nos o seguinte dado – a concentração verifica-se maioritariamente nos concelhos de Moura e Vidigueira.

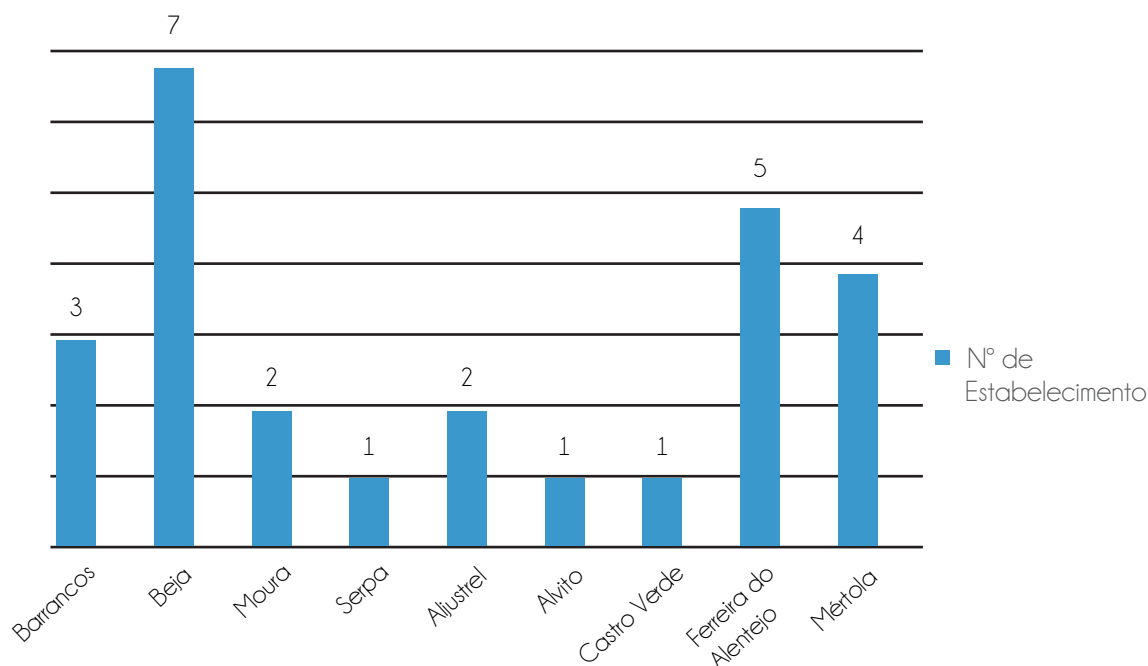
Este n.º corresponde a uma percentagem de 51% dos recursos inquiridos no Baixo Alentejo.

Nº MUSEUS E MONUMENTOS CONDICIONADOS POR CONCELHO, NA NUTS 3 BAIXO ALENTEJO



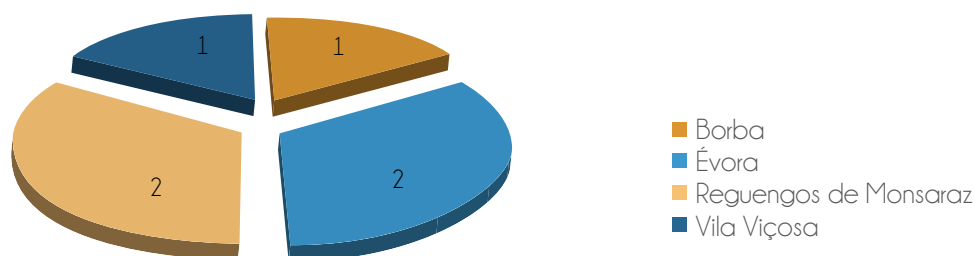
Os Recursos Não Recomendados, num total de 26 na NUTS 3 Baixo Alentejo, correspondem a uma percentagem de 36% dos recursos inquiridos nesta NUTS.

Nº MUSEUS E MONUMENTOS NÃO RECOMENDADOS POR CONCELHO, NA NUTS 3 BAIXO ALENTEJO



Na NUTS 3 Alentejo Central, o número de recursos recomendados por concelho, num total de 96 recursos inquiridos, é de apenas 6, distribuídos pelos concelhos identificados no gráfico abaixo:

Nº DE MUSEUS E MONUMENTOS RECOMENDADOS POR CONCELHO, NA NUTS 3 ALENTEJO CENTRAL



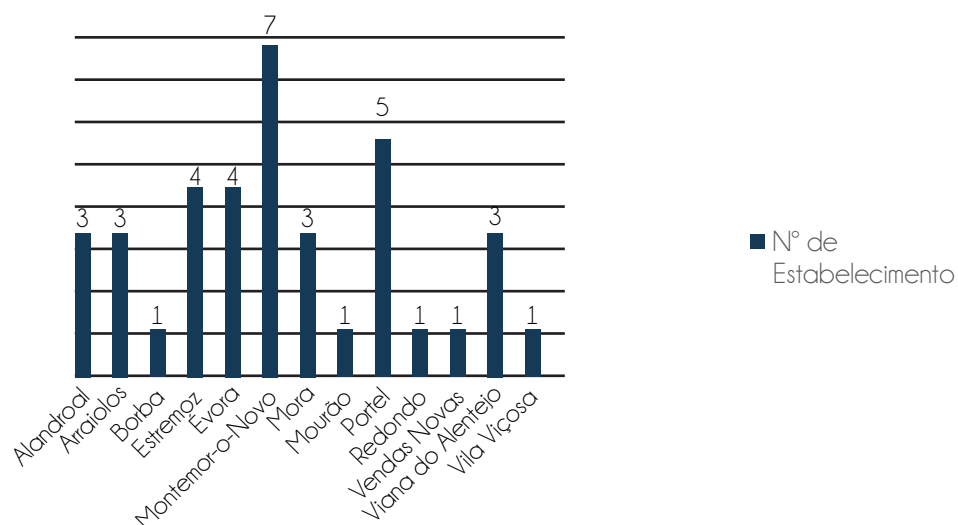
Estes recursos acessíveis representam uma percentagem de apenas 6,3%.

Numa análise mais fina, verificamos que do total de recursos recomendados, 2 pertencem a entidades privadas e 4 a entidades públicas.

O concelho de Évora, o único NUTS 3 Alentejo Central que possui Plano de Acessibilidade, com 17 recursos inquiridos, tem apenas dois recursos recomendados, tem 4 condicionados e 11 não recomendados, admitindo-se que as características dos edifícios do Centro Histórico possam condicionar a adaptação dos espaços.

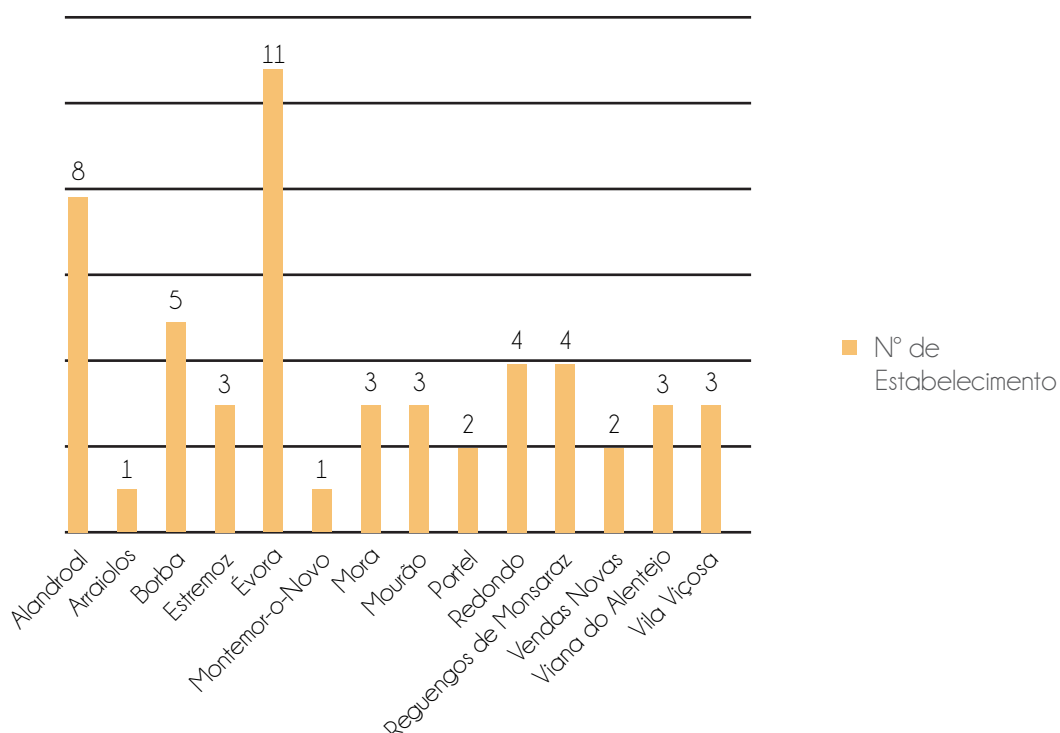
Quanto ao número de recursos condicionados nesta NUTS, 37 no total, o quadro seguinte dá-nos o seguinte dado – a concentração verifica-se maioritariamente nos concelhos de Montemor-o-Novo e Portel. Este n.º corresponde a uma percentagem de 38,5% dos recursos inquiridos na NUTS.

Nº MUSEUS E MONUMENTOS CONDICIONADOS POR CONCELHO, NA NUTS 3 ALENTEJO CENTRAL



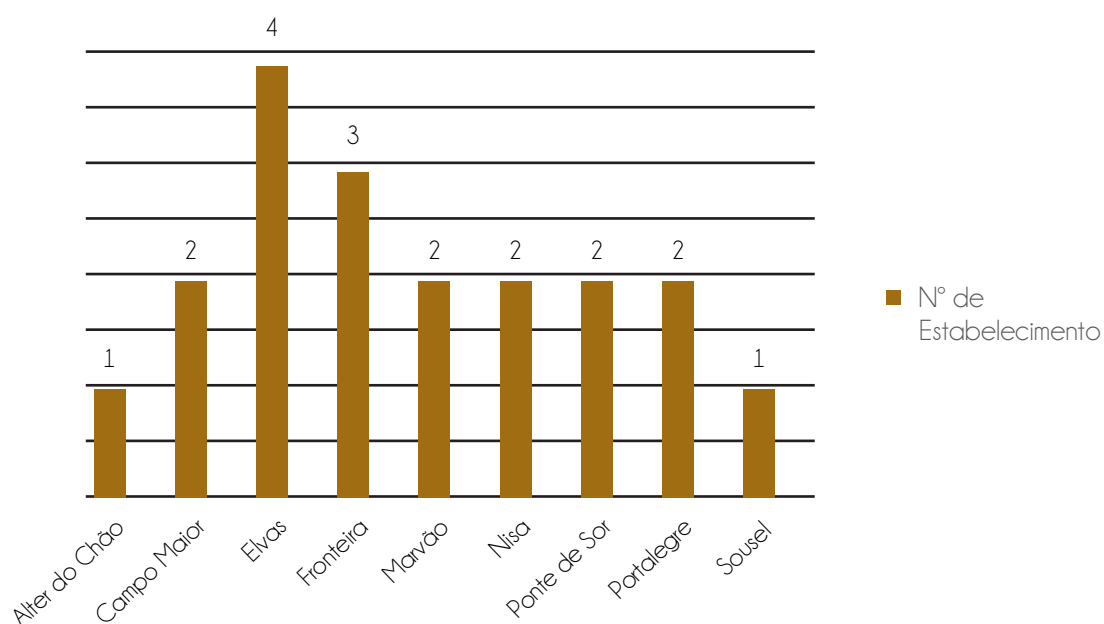
Os Recursos Não Recomendados, num total de 53 no Alentejo Central, correspondem a 55% dos recursos inquiridos na NUTS.

Nº MUSEUS E MONUMENTOS NÃO RECOMENDADOS POR CONCELHO, NA NUTS 3 ALENTEJO CENTRAL



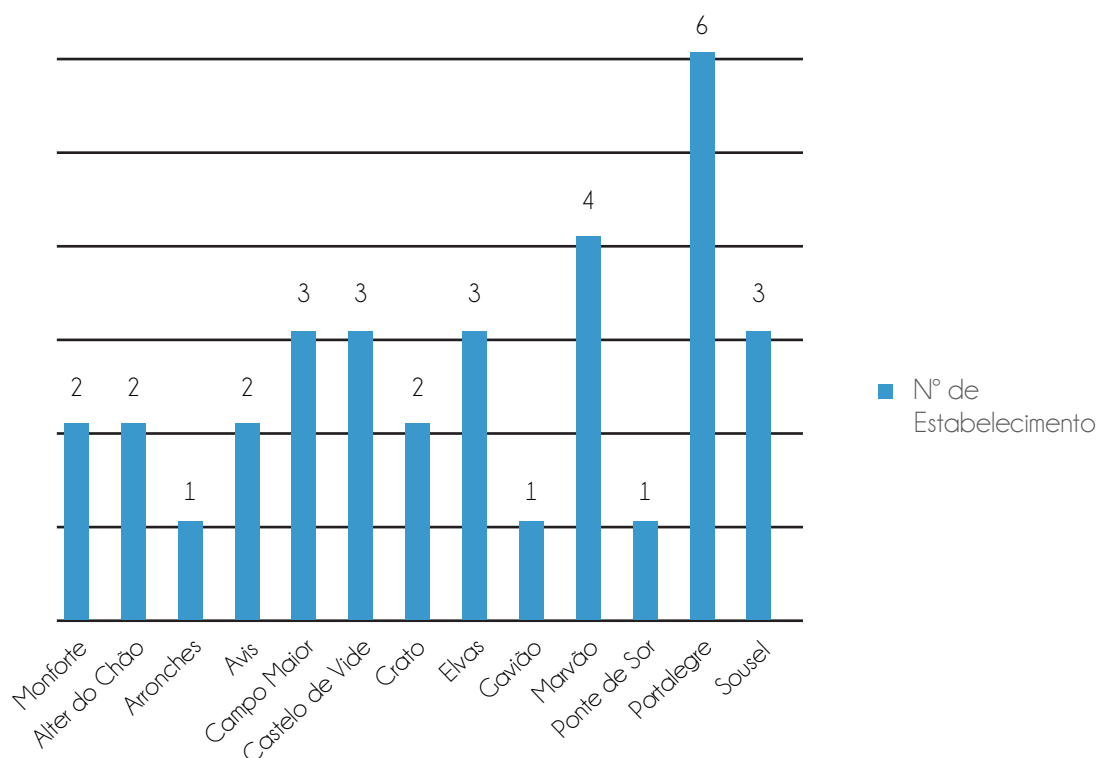
Na NUTS 3 Alto Alentejo, o número de recursos recomendados por concelho, num total de 89 recursos inquiridos, é de 19, distribuídos pelos concelhos identificados no gráfico abaixo. Estes recursos acessíveis representam uma percentagem de 21%.

Nº MUSEUS E MONUMENTOS RECOMENDADOS POR CONCELHO, NA NUTS 3 ALTO ALENTEJO



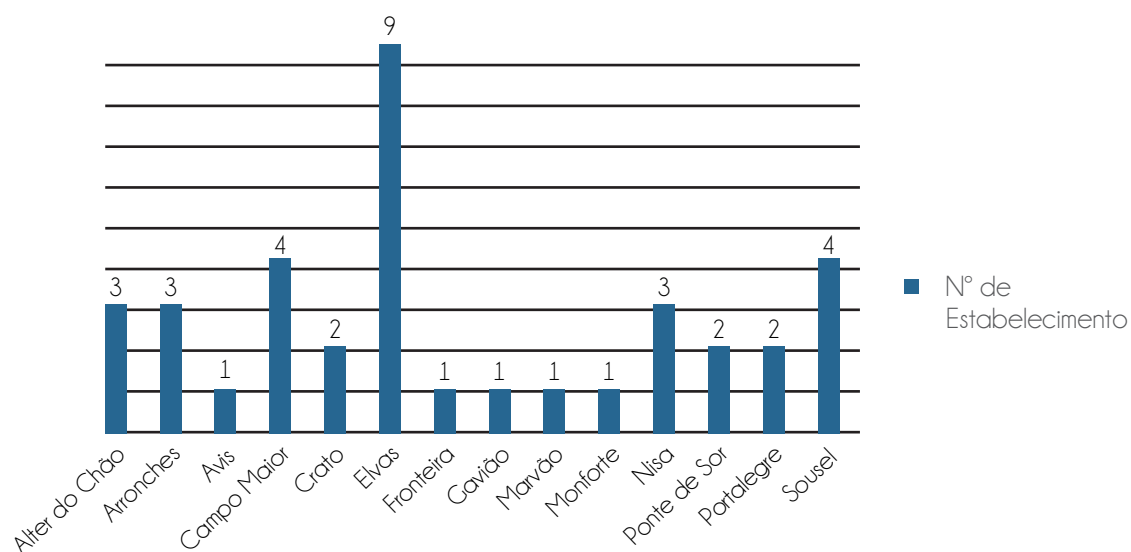
Quanto ao número de recursos condicionados nesta NUTS, 33 no total, o quadro seguinte dá-nos os seguintes dados – a concentração verifica-se maioritariamente nos concelhos de Portalegre e Marvão. Este n.º corresponde a uma percentagem de 7% dos recursos inquiridos no Distrito.

Nº MUSEUS E MONUMENTOS CONDICIONADOS POR CONCELHO, NA NUTS 3 ALTO ALENTEJO



Os Recursos Não Recomendados, num total de 37 na NUTS, correspondem a 42% dos recursos inquiridos.

Nº DE MUSEUS E MONUMENTOS NÃO RECOMENDADOS POR CONCELHO, NUTS 3 ALTO ALENTEJO

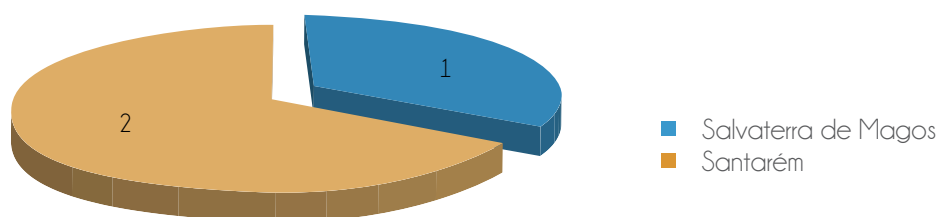


Na NUTS 3 Lezíria do Tejo, o número de recursos recomendados por concelho é de apenas 3, num total de 52 recursos inquiridos.

Estes recursos acessíveis representam uma percentagem de apenas 6%.

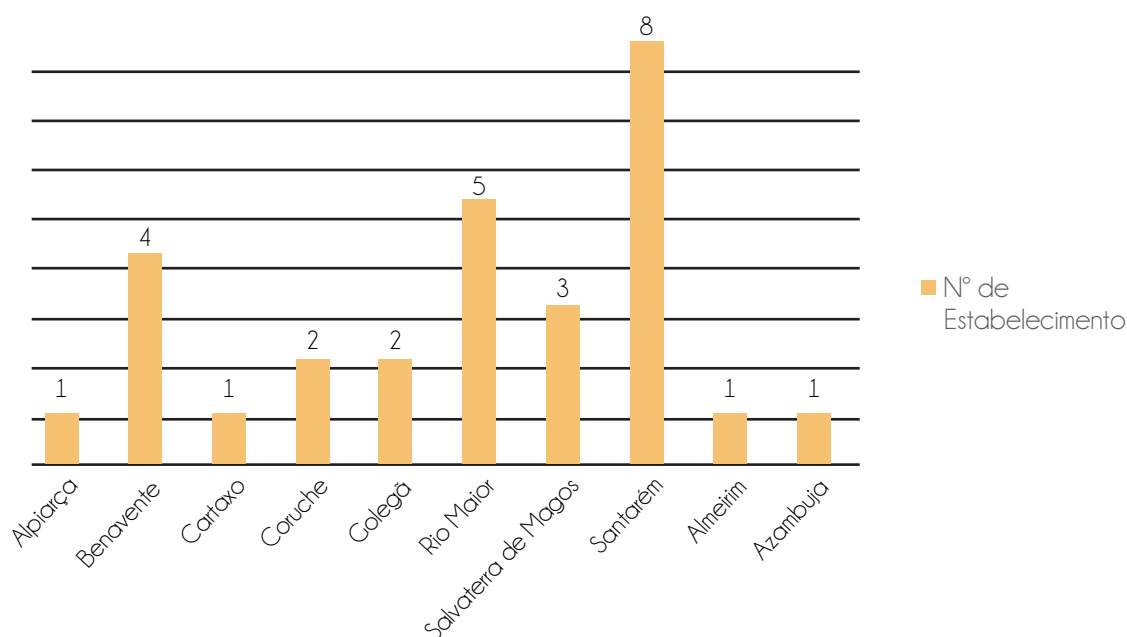
Os concelhos da Lezíria do Tejo que possuem Planos de Acessibilidades são 3 (Alpiarça, Coruche e Santarém). Destes, Alpiarça e Coruche não possuem qualquer recurso recomendado; em Santarém, dos 18 inquiridos, apenas 2 são recomendados.

Nº DE MUSEUS E MONUMENTOS RECOMENDADOS POR CONCELHO, NA NUTS 3 LEZÍRIA DO TEJO



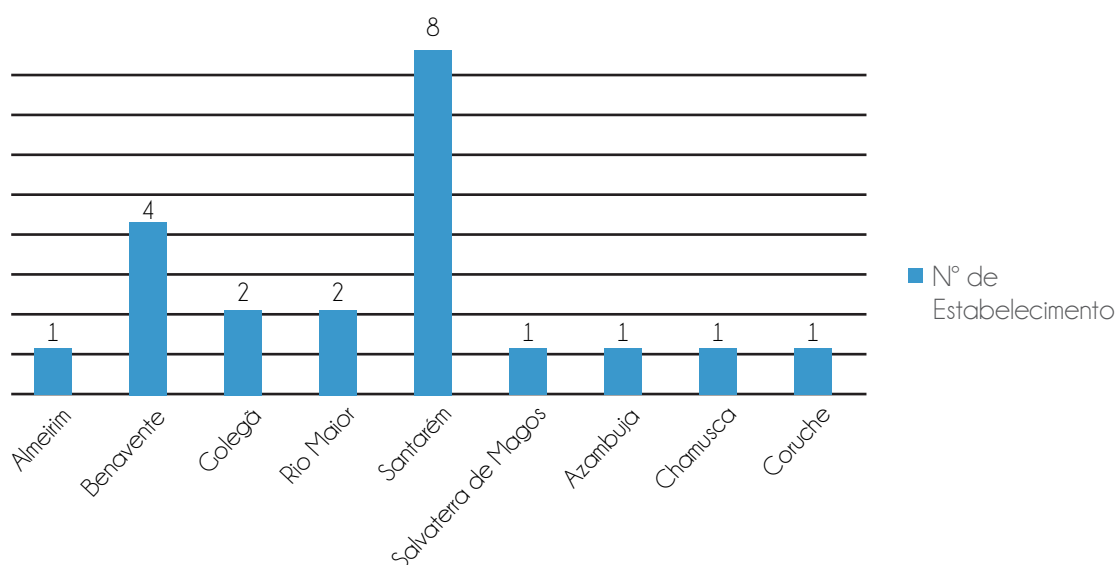
Quanto ao número de recursos condicionados nesta NUTS, 28 no total, o quadro seguinte dá-nos os seguintes dados – a concentração verifica-se maioritariamente no concelho de Santarém. Este n.º corresponde a uma percentagem de 54% dos recursos inquiridos na NUTS.

Nº MUSEUS E MONUMENTOS CONDICIONADOS POR CONCELHO, NA NUTS 3 LEZÍRIA DO TEJO



Os Recursos Não Recomendados, num total de 21 na NUTS 3 Lezíria do Tejo, correspondem a 40% dos recursos inquiridos.

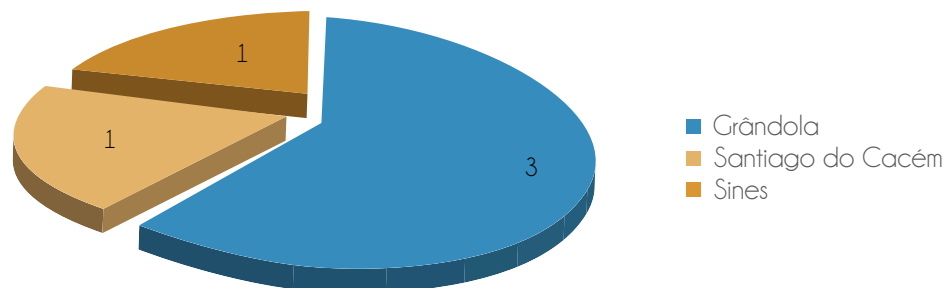
Nº MUSEUS E MONUMENTOS NÃO RECOMENDADOS POR CONCELHO, NA NUTS 3 LEZÍRIA DO TEJO



Na NUTS 3 Alentejo Litoral, o número de recursos recomendados por concelho é 5, num total de 25 recursos inquiridos. Estes recursos acessíveis representam uma percentagem de 20%.

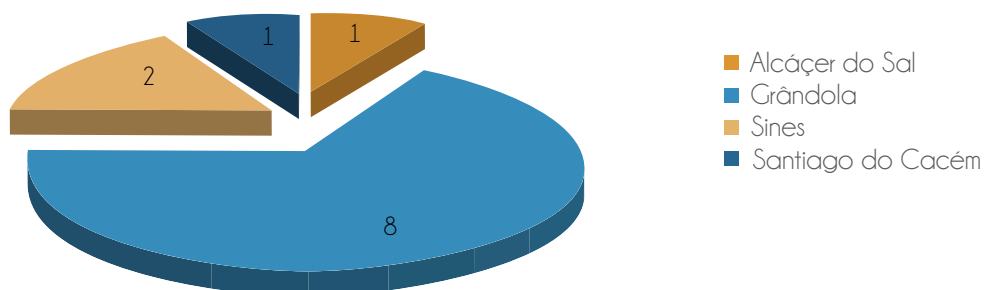
Os concelhos desta NUTS que possuem Planos de Acessibilidades são 3 (Grândola, Sines e Odemira). É em Grândola que se verificam mais recursos acessíveis (3).

Nº MUSEUS E MONUMENTOS RECOMENDADOS POR CONCELHO, NA NUTS 3 ALENTEJO LITORAL



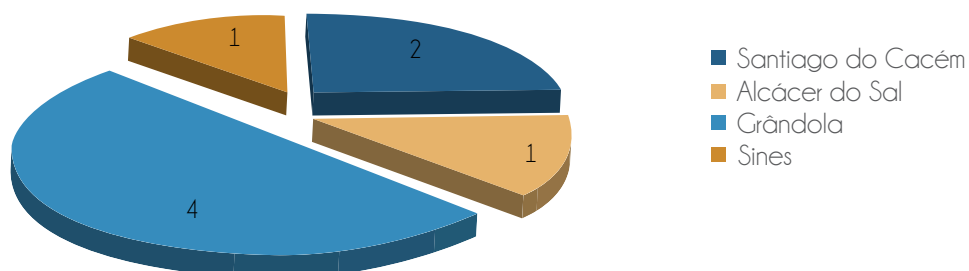
Quanto ao número de recursos condicionados nesta NUTS, 12 no total (48% dos recursos inquiridos), o quadro seguinte dá-nos os seguintes dados – a concentração verifica-se maioritariamente no concelho de Grândola.

Nº MUSEUS E MONUMENTOS CONDICIONADOS POR CONCELHO, NA NUTS 3 ALENTEJO LITORAL



Os Recursos Não Recomendados, num total de 8, representam 32% do total de inquiridos. Conforme gráfico abaixo:

Nº MUSEUS E MONUMENTOS NÃO RECOMENDADOS POR CONCELHO, NA NUTS 3 ALENTEJO LITORAL



ANIMAÇÃO TURÍSTICA

NUTS 3 BAIXO ALENTEJO

Nesta NUTS foram aplicados 6 inquéritos. Deste, 2 são recomendados e situam-se nos concelhos de Castro Verde e Moura; 2 são condicionados e situam-se nos concelhos de Alvito (1) e Moura (1). Os recursos de animação turística não acessíveis e, logo, não recomendados são 2 e localizam-se no concelho de Vidigueira (2).

NUTS 3 ALENTEJO CENTRAL

Nesta NUTS foram aplicados 6 inquéritos. Destes, 2 são recomendados e situam-se nos concelhos de Évora. Os restantes 4 são recursos de animação turística não acessíveis e, logo, não recomendados e localizam-se nos concelhos de Évora, Alandroal, Mora e Portel.

NUTS 3 ALTO ALENTEJO

Nesta NUTS, com 9 inquéritos aplicados, não há recursos recomendados. Na sua maioria, os recursos são não recomendados (7) e situam-se nos concelhos de Fronteira (1), Castelo de Vide (2), Portalegre (1), Ponte de Sor (2) e Alter do Chão (1).

Verifica-se ainda a existência de 2 recursos com a classificação de “Condicionados”, nos concelhos de Avis e Fronteira.

NUTS 3 LEZÍRIA DO TEJO

Nesta NUTS, com 6 inquéritos aplicados, há 1 recurso recomendado, no concelho de Azambuja. Há 3 recursos condicionados que se localizam nos concelhos de Salvaterra de Magos, Benavente e Santarém; os recursos não recomendados (2) situam-se no concelho de Almeirim.

NUTS 3 ALENTEJO LITORAL

Nesta NUTS, com 28 inquéritos aplicados, há 3 recursos recomendados, 1 no concelho de Alcácer do Sal e 2 no concelho de Sines. Há 9 recursos condicionados que se localizam nos concelhos de Odemira (6), Grândola (1) e de Sines (2); os recursos não recomendados (16) situam-se nos concelhos de Odemira (6), Grândola (6) e de Sines (4).

Em resumo, a classificação para as empresas de animação turística por NUTS 3 é:

NUTS 3	Recomendado	Condicionado	Não Recomendado	Total
Lezíria do Tejo	1	3	2	6
Alto Alentejo	0	2	7	9
Alentejo Central	2	0	4	6
Baixo Alentejo	2	2	2	6
Alentejo Litoral	3	9	16	28
Total	8	16	31	55

CONDICIONANTES MAIS FREQUENTES, POR TIPO DE RECURSO

A que se devem estas classificações? Quais os problemas de acessibilidade que foram encontrados com maior frequência nos recursos da região?

A base de dados criada com este projeto permite analisar e caracterizar com detalhe os tipos de problema encontrados nos diferentes tipos de recurso.

Não é demais sublinhar a importância dessa análise, tanto agora como no futuro, para o desenho de estratégias e de ferramentas para aumentar os níveis de acessibilidade no destino.

Além disso, importa igualmente chamar a atenção para um facto elementar: não interessa tanto classificar a “gravidade” das barreiras (só as próprias pessoas com mobilidade condicionada são competente para avaliar essa gravidade) mas sim avaliar a dificuldade inerente à sua eliminação.

Importa perceber que, numa ótica de intervenção, o que “custa dinheiro” não é a barreira em si mesma mas a forma que escolhemos para a eliminar. E há geralmente várias formas de eliminar uma barreira – algumas mais dispendiosas, outras menos.

. ESTABELECIMENTOS DE RESTAURAÇÃO

No que se refere aos parâmetros estabelecidos para a classificação dos estabelecimentos condicionados, refere-se o espaço livre existente por debaixo do lavatório na instalação sanitária como a razão mais frequente que condiciona o local. Apontam-se ainda os ressaltos superiores a 2cm no percurso analisado até à entrada do estabelecimento como segunda causa mais frequente. Com alguma expressão, identificam-se 13 estabelecimentos que não permitem a possibilidade da cadeira de rodas inscrever um círculo na instalação sanitária, nem o cliente conseguir operar a torneira com o punho fechado. Contabilizam-se 11 casos com inclinação da rampa superior a 8%.

. UNIDADES DE ALOJAMENTO

O parâmetro mais frequente que surge nas unidades de alojamento condicionadas é a altura do bordo superior da base do duche (7 registos). Seguem-se as condicionantes dos duchos não serem servidos por barras de apoio e as torneiras não poderem ser operadas com o punho fechado (6). Destaca-se ainda na avaliação do percurso acessível no interior da unidade a inclinação longitudinal da rampa ser superior a 8% (5).

. MUSEUS E MONUMENTOS

Nesta tipologia o parâmetro que surge com maior frequência é a não existência de, no mínimo, dois assentos de apoio ao visitante, situação que se verifica em 86 estabelecimentos. Segue-se tanto no percurso do espaço público até à entrada no estabelecimento bem como no acesso ao edifício e ainda no percurso no interior do equipamento, a existência de ressaltos com mais de 2cm (aproximadamente em 40 locais). Também com alguma expressão, a inclinação longitudinal da rampa superior a 8% no percurso a realizar no interior do estabelecimento surge como condicionante mais frequente.

. ANIMAÇÃO TURÍSTICA

No seio das empresas de animação turística e tomando nota de que se comparam diferentes tipos de atividades (surf, balonismo, canoagem, cruzeiros, atividades em quintas pedagógicas, entre outras) a condicionante mais sistemática na amostra analisada é a ausência de formação dos colaboradores no atendimento dos seus clientes com necessidades especiais. À exceção de 4 empresas com alguma formação complementar sobre as necessidades de pessoas com mobilidade reduzida as restantes não apresentam qualquer tipo de formação nesta área.

Dos dados recolhidos foi analisada a frequência dos parâmetros estabelecidos para a classificação não recomendado na totalidade dos 58 concelhos.

. ESTABELECIMENTOS DE RESTAURAÇÃO

O parâmetro mais frequente é a inexistência de uma instalação sanitária acessível, contabilizando-se 221 casos. Em segundo lugar, em 77 estabelecimentos, a porta da instalação sanitária apresenta uma largura livre inferior a 75 cm. Ainda com alguma expressão, (33 casos), a existência de 2 ou mais degraus no acesso ao edifício é situação impeditiva para a entrada de um cliente em cadeira de rodas.

. UNIDADES DE ALOJAMENTO

O parâmetro mais sistemático na classificação de unidades de alojamento como não recomendadas foi a inexistência de uma instalação sanitária acessível (100 locais), seguindo-se logo do parâmetro de inexistência de alarme na instalação sanitária, com o registo de 92 casos. Ainda com alguma expressão apontam-se a inexistência de assentos na banheira e no duche (58 e 70 respetivamente) como fator determinante da classificação de estabelecimento não recomendado.

. MUSEUS E MONUMENTOS

O fator que mais contribui para a classificação de não recomendado nesta tipologia é a inexistência de instalação sanitária acessível, com o registro de 95 casos. Segue-se a inexistência de pelo menos dois assentos com encosto e braços nos locais inquiridos, contabilizados em 78 casos. São 60 o número de estabelecimentos com 2 ou mais degraus que não permitem a entrada a pessoas com mobilidade reduzida, o terceiro parâmetro mais frequente na classificação de estabelecimento não recomendado.

. ANIMAÇÃO TURÍSTICA

No que se refere às atividades de animação turística as razões mais frequentes para a classificação de não recomendada é a falta de formação dos colaboradores no atendimento dos seus clientes com necessidades especiais e a inexistência de instalações, equipamentos ou iniciativas adaptadas. São duas características comuns e simultâneas que surgem em mais de metade das empresas inquiridas.

CAPÍTULO VI. RECURSOS RECOMENDADOS

Neste capítulo dar-se-á destaque aos recursos classificados como “recomendados”.

Os recursos apresentados obedecem a todas as condições que lhe garantem a classificação “recomendado”, que cumprem o conjunto de condições definidas na legislação e que garantem que os espaços, os edifícios e os equipamentos possam ser usados por todas as pessoas com a mesma segurança, conforto e autonomia.

Neste conjunto inclui-se, assim, toda a oferta turística (i.e., equipamentos, serviços e infraestruturas) que proporciona a todas as pessoas, com ou sem mobilidade condicionada, o usufruto de rotas turísticas e de atividades sem barreiras.

ALOJAMENTO TURÍSTICO

•ALTO ALENTEJO



- Hotel do Lago Montargil – Montargil
www.nauhotels.com/index.php/pt/hoteis-e-apartamentos/alentejo/lago-montargil
- Hotel Rural Santo António – Elvas
www.asahotel.com
- Monte Filipe Hotel & Spa – Alpalhão
www.montefilipehotel.com
- SEVER RIO HOTEL – Marvão -Portagem
www.severhotel.com
- Wine Hotel Torre de Palma -Monforte
www.torredepalma.com

•ALENTEJO CENTRAL



- ÉvoraHotel – Évora
www.evorahotel.pt
- Graça Hotel – Évora
gracahotel@gmail.com

- Hotel Acez – Vendas Novas
www.hotelacez.com
- M'AR de AR Aqueduto – Évora
www.mardearhotels.com
- Vitoria Stone Hotel – Évora
www.vitoriastonehotel.com

•BAIXO ALENTEJO

- Hotel A Esteva – Castro Verde
www.aesteva.pt
- Vila Verde Hotel – Castro Verde
www.vilaverdehotel.pt

•ALENTEJO LITORAL

- Casa do Médico de São Rafael – Sines
omsul@omsul.pt

RESTAURAÇÃO

• LEZÍRIA DO TEJO

- A Grelha – Santarém
restauranteagrelhasantarem@gmail.com
- A Torre – Porto Alto
- Café Central – Golegã
www.cafecentral.pt
- O Escaroupim – Escaroupim
- O Forno -Almeirim
www.oforno.pt
- O Miradouro – Benavente
www.miradouro.restaurantemiradouro.com
- O Pinto – Marinhais
- Restaurante Vale Grande Hotel – Alcoentre
www.valegrandehotel.com
- Restaurante Vila Hotel – Benavente
www.benaventevilahotel.pt
- Paris de Rochas – Samora Correia
rest.paris@gmail.com
- Taberna do Quinzena – Santarém
www.quinzena.com
- Zé Mau – Cartaxo
clau.zemau@gmail.com

•ALTO ALENTEJO

- A Piscina – Elvas
- A Panela – Montargil
www.nauhotels.com/index.php/pt/hoteis-e-apartamentos/alenteio/lago-montargil
- A Sever – São Salvador da Aramenha/Portagem
sever@mail.telepac.pt
- Bar Centro de Artes do Espetáculo de Portalegre – Portalegre
- Boavista – Santa Maria da Devesa/Castelo de Vide
Rb-72@live.com.pt
- Caipirão – Piedade/Elvas
caipiraoelvas@hotmail.com
- 180 ° – Avis
www.herdadedacortesia.com
- El Cristo – Elvas
www.elcristo.pt
- Jl – Portalegre
geralgrupoji@gmail.com



- O Prior do Crato – Crato
Restaurante.prior.crato@hotmail.com
- O Poejo – Santo António das Areias/Marvão
www.a-opoejo.com
- Restaurante do Hotel Jardim – Elvas
jardintur@sapo.pt
- Restaurante do Parque de Campismo da Orbitur Montargil – Montargil
www.orbitur.pt/
- Restaurante Wine Hotel Torre de Palma – Monforte
www.torredepalma.com

- Santo António – Elvas
www.qshotel.com
- Soho – Piedade/Elvas
- Tapada das Safras – Alpalhão
www.tapadadassafra.com
- Troya Coffe – Elvas
www.troyacoffee.com
- Vinha da Amada – Elvas

• ALENTEJO CENTRAL



- Amieira Marina - Restaurante Panorâmico – Amieira
www.restaurante.amieiramarina.com
- A Paragem das Rainhas – Vendas Novas
www.hotelacez.com
- Cardo - Ecorkhotel – Évora
www.ecorkhotel.com/pt/restaurantebar



- Celeiro do Pinto – Redondo
ocelirodopinto@hotmail.com
- 5 Amêndoas Restaurante – Évora
www.vitoriastonehotel.com
- Maria Luísa – Évora
rest.marialuisa@gmail.com
- Novo Dia – Vimieiro
crendia@hotmail.com
- Pátio dos Petiscos – Montemor-o-Novo
franciscomalhao@hotmail.com

- Restaurante Hotel Solar dos Lilases – Mora
www.hotelsolardoslilases.com
- Restaurante do Fluvialrio – Cabeção
www.fluviariora.pt



- Restaurante Casa do Vale – Évora
www.casadovalerhotel.com
- Restaurante Narcissus Fernandesii – Vila Viçosa
www.alenteiomarmoris.com
- Sol Poente - Evora Hotel – Évora
www.evorahotel.pt
- Sergio's Bar – Redondo
cafecentralser@gmail.com



•BAIXO ALENTEJO

- Boa Vista – Vila Verde de Ficalho
sargent@gmail.com
- Espelho de Água – Beja
espelho_dagua@sapo.pt
- Migas – Mértola
- Nefama – Aldeia de Palheiros
restaurante_nefama@hotmail.com
- O Cabecinha – Aljustrel
www.restauranteocabecinha.pai.pt
- O Ideal – Moura
- Pançona – Barrancos
www.parquenoudar.com

- Pizaria Salada de Fruta – Beja
alzira_dias_tomaz@hotmail.com
- Restaurante Castro da Cola – Castro da Cola
castrodacola@gmail.com
- Restaurante O Celeiro – Entradas
www.restauranteoceleiro.pt
- Sabores da Memória – Ferreira do Alentejo
www.saborescommemoria.pt
- Sêpia – Mina de São Domingos
www.hotelsaodomingos.com
- Tasquinha do Medronho – Almodôvar
jose-palma15@hotmail.com



•ALENTEJO LITORAL

- A Chaminé – Grândola
www.gervasio-gamito.com
- Amar o Sado – Alcácer do Sal
amarsado2013@gmail.com
- A Talha de Azeite – Grândola
www.atalhadeazeite.com
- “Azimute” Aqualuz Suite Hotel Apartamentos – Tróia
www.aqualuz.pt
- Comporta Café – Praia da Comporta
comportacafe@hotmail.com
- Ilha do Arroz – Comporta
www.herdadedacomporta.pt/pt/restaurantes/ilha-do-arroz/
- Mais Amar – Melides
limao.monica@gmail.com
- Miramar – Melides
fatimapinela@sapo.pt

- Mesa da Vila – Vila Nova de Santo André
info@vilapark.com
- O Leonardo – Alcácer do Sal
restauranteleonardo1995@gmail.com
- O Armazém Central – Azinheira dos Barros
encontrosculturais@hotmail.com
- Pôr-do-Sol – Carvalhal
www.restaurante-pordosol.com
- Restaurante Península do Aqualuz – Tróia
www.aqualuz.pt
- Ribamar – Carvalhal
www.ribamar.com
- Sabores da Praça – Grândola
www.saboresdapraca.com
- Ti Silvina – Alcácer do Sal
vmaria291@gmail.com
- Tróia Golf – Tróia
www.troiaresort.pt

MUSEUS E MONUMENTOS



•LEZÍRIA DO TEJO

- Falcoaria Real de Salvaterra de Magos – Salvaterra de Magos
falcoaria@cm-salvaterrademagos.pt
- Jardim Portas do Sol – Santarém
siat@cm-santarem.pt
- Museu Municipal de Santarém - Centro de Interpretação Urbi Scallabis – Santarém
geral.museu@cm-santarem.pt

•ALTO ALENTEJO

- Adega Mayor – Campo Maior
www.adegamayor.pt

- Centro de Artes e Cultura de Ponte de Sor – Ponte de Sor
www.cm-pontedesor.pt
- Centro de Interpretação da Batalha dos Atoleiros – Fronteira
www.atoleiros1384.cm-fronteira.pt



- Complexo Termal da Fadagosa de Nisa – Arez
www.termasdenisa.pt
- Igreja Matriz – Alter do Chão
- Igreja de São Domingos – Elvas
- Igreja da Ordem Terceira de São Francisco – Elvas
- Igreja Matriz de Ponte de Sor – Ponte de Sor
- Igreja de Santo António – Portalegre
- Museu da Ciência do Café – Campo Maior
www.delta-cafes.pt/pt/empresa/centro-de-ciencia-do-cafe
- Museu de Arte Contemporânea de Elvas (MACE) – Elvas
www.cm-elvas.pt/page/museu-arte-instituicao
- Museu Municipal de Fotografia João Carpinteiro – Elvas
www.museudefotografiaelvas.com.pt
- Museu Municipal - Igreja de Santa Maria – Marvão
www.cm-marvao.pt
- Museu Municipal de Portalegre – Portalegre
sonia.alves@cm-portalegre.pt
- Observatório Astronómico Monte das Estrelas – Fronteira
- Termas de Cabeço de Vide – Termas da Sulfúrea – Cabeço de Vide
www.if-cabecodevide.pt



•ALENTEJO CENTRAL

- Casa do Cante Alentejano - Sede do Grupo desportivo - Monsaraz
casadocante@sapo.pt
- Convento dos Remédios - Évora
www.cm-evora.pt
- Fórum Eugénio de Almeida - Évora
www.fundacaoeugeniodealmeida.pt/forum



- Museu do Mármore - Vila Viçosa
postoturismo.cmvv@gmail.com



•BAIXO ALENTEJO

- Adega da Herdade Grande - Vidigueira
herdadegrande@sapo.pt
- Associação de Defesa do Património de Mértola - Mértola
museu@cm-ferreira-alentejo.pt
- Castelo de Moura - Moura
www.cm-moura.pt



- Centro de Acolhimento e Interpretação do Circuito Arqueológico da Cola – Castro da Cola
www.cultura-alentejo.pt
- Convento de Nossa Senhora da Conceição – Almodôvar
turismo@cm-almodovar.pt
- Lagar do Marmelo – Ferreira do Alentejo
www.oliveiradaserra.pt
- Loja Gourmet -Ourique
www.porcoalentejano.com
- Museu Municipal Ferreira do Alentejo – Ferreira do Alentejo
museu@cm-ferreira-alentejo.pt



•ALENTEJO LITORAL

- Casino de Tróia – Tróia
www.troiadesignhotel.com
- Centro de Artes de Sines – Sines
www.centrodeartesdesines.pt
- Centro de Espetáculos de Tróia – Tróia
www.troiadesignhotel.com
- Museu do Trabalho Rural – Santiago do Cacém
museudotrabalhorural.abela@gmail.com
- Tróia Golf – Tróia
www.troiaresort.pt

ANIMAÇÃO TURÍSTICA

•LEZÍRIA DO TEJO

- Parque Nacional do Tambor – Azambuja
www.parqueruraltambor.com

•ALENTEJO CENTRAL:

- Agia – Évora
www.alenteioguides.com
- Desafio Sul –Évora
www.desafiosul.pt

•BAIXO ALENTEJO

- Alquevaline – Moura
www.alquevaline.com
- Liga para a Proteção da Natureza / Centro de Educação Ambiental do Vale Gonçalves - Castro Verde
www.lpn.pt

•ALENTEJO LITORAL

- Escola de Surf Litoral - Sines
escola@surfinalentejo.com
- Escola de Surf Costa Azul –Sines
www.costazul.com

CAPÍTULO VII. SÍNTESE E CONCLUSÕES

RESULTADOS GLOBAIS

1. Foram auditados 1004 recursos turísticos sendo que 334 pertencem ao grupo dos museus e monumentos, 238 ao do alojamento, 377 ao da restauração e 55 ao das empresas de animação turística;
2. A NUTS 3 com maior número de recursos auditados é a do Alentejo Central (300 alvos), seguindo-se o Alto Alentejo (272 alvos). No Baixo Alentejo e Alentejo Litoral foram inquiridos, respetivamente 160 e 139 alvos. A NUTS 3 com menor número de recursos inquiridos é a Lezíria do Tejo (133 alvos).
3. Para sintetizar os resultados foi definida uma escala de classificação, que em função dos objetivos do projeto se orienta para a recomendação, i.e., o que se pretende apurar é se o recurso pode ser recomendado, nos canais de informação e promoção, a turistas que precisam de acessibilidade. A escala tem três posições: “recomendado”, “condicionado” e “não recomendado”. A recomendação pressupõe a existência de um conjunto de condições básicas de acessibilidade, que neste projeto foram consideradas prioritárias.
4. Em termos globais foram classificados como “recomendados” 14% dos recursos auditados (139 alvos); como “condicionados”, 25% (257 alvos); como “não recomendados”, 61% (608 alvos).
5. É nos estabelecimentos de restauração que se regista o maior número de recursos “recomendados” (76). Seguem-se os museus e monumentos com 42 locais recomendados, 13 unidades de alojamento turístico e 8 empresas de animação turística com a mesma classificação.
6. O grupo “Museus e Monumentos” apresenta o maior número de recursos classificados como “condicionados” (147) e o grupo dos estabelecimentos de restauração regista o maior número de estabelecimentos não recomendados (239).
7. A NUTS 3 com maior número de recursos “recomendados” – 43 alvos é o Alto Alentejo, destacando-se os museus e monumentos e os estabelecimentos de restauração. A Lezíria do Tejo é a NUTS 3 com menor número de recursos “recomendados” – apenas 16 alvos, observando-se a inexistência de qualquer alojamento turístico recomendado. O Alentejo Central apresenta o maior número de recursos “não recomendados” – 211, destacando-se os estabelecimentos de restauração e o alojamento turístico.

CONCELHO COM BOAS CONDIÇÕES DE PARTIDA

8. Em função de uma análise rigorosa dos dados disponíveis, e atendendo à classificação no conjunto dos 4 tipos de recurso, considera-se que, de entre os 58 concelhos analisados, Évora é o que (nesta data) reúne melhores condições para o Turismo para Todos. Desde logo, porque possui um ou mais recursos “recomendados” em todos os tipos: 1 museu, 4 alojamentos, 6 estabelecimentos de restauração e 2 animações turísticas. A que se somam vários outros “condicionados”.
9. Tratando-se de um Concelho com elevado potencial turístico, reveste-se de extrema importância a sensibilização e a mobilização dos agentes públicos e privados, e de entidades financiadoras, para (1) a adaptação de espaços emblemáticos, (2) a adaptação das unidades de alojamento, restauração e animação turística, (3) a formação no atendimento a turistas com limitações motoras, sensoriais ou cognitivas.
10. É verdade que o valor histórico impõe limites à adaptação, mas a classificação do centro histórico como Património da Humanidade não impede a promoção da acessibilidade, nem a torna menos necessária.

São vários os exemplos de cidades com centro histórico de elevado valor patrimonial que não deixam de proporcionar acessibilidade a quem as visita (vejam-se, por ex., os casos de Ávila, Salzburgo, Dresden e Gotemburgo).

SENSIBILIDADES E PERCEÇÃO DOS INQUIRIDOS À QUESTÃO DA ACESSIBILIDADE

11. Foi nos espaços que recebem maior número de visitantes (museus, monumentos, centros de ciência, etc.) que se observou o maior grau de consciência para as necessidades dos turistas com mobilidade condicionada (quase todos os recursos deste tipo referiram ter experiência de acolher este tipo de visitante).
12. Os trabalhos de campo fomentaram o contacto pessoal com os proprietários ou responsáveis dos recursos, o que teve um efeito pedagógico significativo. Estas ações no terreno permitiram apontar de imediato situações não conformes, com especial impacto em locais considerados acessíveis, mas também sensibilizar e informar para as vantagens dos espaços poderem ser usados por todas as pessoas com segurança, conforto e autonomia. Esta operação passou a mensagem de que o Alentejo e Ribatejo para todos só são possíveis numa ação concertada.
13. Em geral, os empresários desconhecem o conceito e as oportunidades económicas do Turismo Acessível, bem como as suas obrigações legais em matéria de acessibilidade. E possuem pouca ou nenhuma formação, curricular, profissional ou complementar, na área do atendimento a pessoas com necessidades especiais. Observa-se, no entanto, que quando confrontados com o tema demonstram sensibilidade e compreensão da existência e do grau de exigência das normas legais de acessibilidade.
14. Durante os trabalhos de campo os auditores puderam, no local, apontar e explicar aos responsáveis de cada recurso quais as barreiras identificadas. O envio a cada um dos recursos auditados de um relatório individualizado com o diagnóstico e recomendações irá consolidar esse esforço pedagógico e fomentará a iniciativa endógena.
15. De uma forma geral e porque os dados recolhidos assim o demonstram, muitas unidades de alojamento foram consideradas não recomendadas ainda que a perceção dos empresários seja contrária. Verificou-se de uma forma sistemática o não cumprimento de um requisito que impede em determinado momento da estadia a acessibilidade plena do cliente, com desconhecimento total da situação por parte do proprietário ou do responsável da unidade.
16. Existe um número significativo de recursos que foram classificados como “não recomendado” devido a barreiras que podem ser facilmente resolvidas com intervenções pouco dispendiosas. É o caso de vários alojamentos turísticos, onde (a) a base de duche ou banheira não possui assento ou barras de apoio, ou (b) a instalação sanitária não possui sistema de alarme ligado ao exterior da Unidade de Alojamento, ou (c) não existe uma faixa com largura livre de 80cm (ou mais) num dos lados da cama, ou (d) a largura livre da rampa de acesso ao edifício é inferior a 90cm.
17. Vários proprietários manifestaram vontade em melhorar as condições de acessibilidade nos seus estabelecimentos. Muitos apontaram dificuldades financeiras para o fazer, referindo que a disponibilização de apoio financeiro poderia ter um papel decisivo.

18. Muitos empresários apontaram o mau estado da zona envolvente aos seus estabelecimentos (ruas, passeios, estacionamento), como fator que dificulta o acesso ao seu estabelecimento.
19. No setor da animação turística, são as empresas de maior dimensão que demonstram maior motivação para adaptar as suas atividades ao público com necessidades especiais. É importante uma campanha de sensibilização e de informação dirigida a este setor de atividade, sobre o tipo e potencial das atividades que poderiam vir a desenvolver.
20. Para os empresários do turismo, o apoio das entidades responsáveis e o apoio financeiro são fatores muito importantes no desenvolvimento do Turismo Acessível.

E AINDA...

21. Existe um número significativo de recursos turísticos no Alentejo e Ribatejo, tanto ao nível do património cultural (ex. museus) como do alojamento, estabelecimentos de restauração e empresas de animação turística, que pode ser usado por todas as pessoas com segurança, conforto e autonomia. São estes bons exemplos que poderão ser utilizados como alavancas de mudança. A sua promoção fora de Portugal, com retorno efetivo de volume de negócio, poderá servir como efeito demonstrativo para outros empresários do ramo.
22. É necessário continuar a realizar um trabalho de proximidade com os empresários da região sobre as vantagens da acessibilidade, e dos ganhos que todos terão na promoção do Alentejo e Ribatejo como um destino turístico acessível. É fundamental que paralelamente se envidem esforços na promoção externa de um mercado acessível emergente na região. A possibilidade de prospeção de operadores turísticos especializados no turismo acessível no mercado externo, a presença em feiras internacionais de turismo, a produção materiais promocionais em vários idiomas com informação detalhada e real sobre as condições de acessibilidade dos locais, a organização de “viagens de familiarização”, a promoção em revistas estrangeiras ou roteiros turísticos, seria importante nesta fase de viragem. As estratégias de marketing e publicidade devem ter em conta os recursos acessíveis.
23. Os destinos acessíveis de sucesso focam-se geralmente na qualidade do seu serviço em geral, incluindo a acessibilidade. O estilo de comunicação deve expressamente evitar a referência a caridade ou serviço social.
24. É vital a coordenação entre o setor público e privado. No âmbito do Programa Rampa (Regime de Apoio aos Municípios para a Acessibilidade/POPH) - foram vários os municípios que apresentaram os seus Planos de Promoção da Acessibilidade. De forma isolada, ou por meio das Comunidades Intermunicipais, a região Alentejo e Ribatejo já têm executado em parte do seu território, o diagnóstico das condições de acessibilidade bem como as propostas técnicas de Intervenção nos espaços públicos (Coruche, Alpiarça, Santarém, Grândola, Sines, Odemira, Évora, Beja, Alter do Chão, Arronches, Avis, Campo Maior, Castelo de Vide, Crato, Elvas, Fronteira, Gavião, Marvão, Nisa, Ponte de Sor, Portalegre e Sousel). As tomadas de opção do investimento público a realizar nos vários municípios com maior potencial turístico deveriam ter em conta os recursos turísticos privados disponíveis. Pelo elevado volume de intervenções que se estime realizar em toda a região, e de forma que a acessibilidade nos espaços públicos seja uma realidade, seria uma opção a definição de zonas estratégicas de intervenção, corredores prioritários de intervenção.

25. Sugere-se a importância de na fase de obra dos estabelecimentos turísticos existir um acompanhamento particular ou assessoria às questões da acessibilidade. Pelos dados apurados no âmbito do diagnóstico verifica-se que a diferença de centímetros numa inclinação ou largura de rampa, na altura do bordo da base de duche, ou o espaço livre debaixo de um lavatório, podem comprometer a acessibilidade total do estabelecimento. A escolha de equipamento sanitário, a instalação de um alarme, ou a opção de um banco ou de uma outra ajuda técnica para o duche ou banheira são difíceis para a maioria dos proprietários. As correções à posteriori normalmente acarretam custos mais elevados. A Entidade Regional de Turismo do Alentejo/Ribatejo poderia acompanhar e monitorizar estas questões técnicas da acessibilidade junto dos vários equipamentos turísticos.
26. Para que o Alentejo e Ribatejo seja um caso de sucesso enquanto destino turístico acessível deve existir uma cooperação entre os prestadores de serviços que garantam a acessibilidade ao longo da cadeia do valor do turismo.
27. A sensibilização para a acessibilidade é o primeiro passo para a formação dos agentes do setor. Havendo a consciência por parte do coletivo da importância da acessibilidade no território, a formação como instrumento de qualificação será encarada de forma natural. As ações de sensibilização e informação desenvolvidas no âmbito do projeto foram para muitos agentes do setor, o primeiro contacto com o tema da acessibilidade, especialmente os do setor privado. Como já anteriormente referido, os participantes com funções em espaços de visita abertos ao público (museus, igrejas, ...), referiram a importância de estar capacitados para o atendimento de pessoas com mobilidade reduzida, já que tinham esse contacto mais frequente. O número de participantes presentes nas várias ações demonstrou a sensibilidade e o interesse que o Turismo Acessível desperta.
28. Deverá existir uma estratégia na região sobre o programa de formação a realizar. Esta formação deverá ser disponibilizada a todos os agentes do setor de turismo: empresários da área do turismo (restauração, alojamento, animação turística), técnicos de autarquias e técnicos de turismo. Melhor aproveitamento dos recursos em ações concertadas do que em ações isoladas.
29. Deve apostar-se na disponibilização de fundos ou mecanismos de financiamento para novas iniciativas turísticas acessíveis mas também para a melhoria dos serviços existentes. Ações concertadas entre os organismos financiadores, tais como as estratégias definidas nos Grupos de Ação Local para a implementação dos DLBC (Desenvolvimento Local de Base Comunitária) poderão revelar-se uma prática com resultados na Região. Propõe-se a incorporação de critérios de valorização da acessibilidade na gestão e aplicação dos fundos pelas entidades gestoras.

CAPÍTULO VIII. SÍNTESE BIBLIOGRÁFICA SOBRE A TEMÁTICA DA ACESSIBILIDADE EM PORTUGAL

- Acessibilidade Física nos Museus e Palácios. Edição do Instituto dos Museus e da Conservação, 2008;
- Acessibilidade – Exemplos em Portugal, SNRIPD, 1999;
- Alentejo Litoral Acessível – Manual de Orientações Técnicas Acessibilidade e Mobilidade, edição de mpt_mobilidade e planeamento do território, Lda, 2014;
- “Barreiras nos Edifícios Públicos: Tudo por Fazer: Um milhão de Portugueses Ignorados” in Revista Pró-Teste, N.º.232, DECO, 2003;
- CEA Conceito Europeu de Acessibilidade – Manual de Assistência Técnica 2003, in Cadernos SNR n.º 18.Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência, 2005;
- Conceito Europeu de Acessibilidade para Administrações. Edição do Instituto Nacional para a Reabilitação (Reprodução), 2008;
- Do Projeto Ao Objeto – Manual de Boas Práticas de Mobiliário Urbano em Centros Históricos, Centro Português do Design, 2005;
- GODINHO, Francisco et al, Manual de Tecnologias de Informação Sem Barreiras No Local de Trabalho, 1.º ed., UTAD Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2004;
- Guia Acessibilidade e Mobilidade para Todos. Apontamentos para uma melhor interpretação do DL 163/2006 de 8 de Agosto. Edição do Secretariado Nacional de Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência, 2006;
- Guia de Turismo Acessível: Alentejo. Folheto SNR. SNRIPD, 2001;
- Guia de Turismo Acessível: Costa Azul, Vale do Tejo – Amadora, Loures e Odivelas. Folheto SNR. SNRIPD, 2001;
- Guia de Turismo Acessível: Beiras. Folheto SNR. SNRIPD, 2001;
- Guia de Turismo Acessível: Costa do Estoril, Sintra e Mafra. Folheto SNR. SNRIPD, 2001;
- Guia de Turismo Acessível: Leiria, Fátima e Oeste. Folheto SNR. SNRIPD, 2001;
- Guia de Turismo Acessível: Norte de Portugal. Folheto SNR. SNRIPD, 2001;
- Guia de Boas Práticas de Acessibilidade – Turismo Ativo, Turismo de Portugal IP, 2014;
- Guia de Boas Práticas de Acessibilidade na Hotelaria, Turismo de Portugal IP, 2012;
- Inquérito Nacional às Incapacidades, Deficiências e Desvantagens. Cadernos SNR, N.º.8.SNRIPD, 1996;
- Lazer sem Barreiras: Guia de turismo Adaptado para Pessoas com deficiência, SNRIPD, 2004;
- Manual do Planeamento de Acessibilidade e Transportes. Edição da Comissão e Coordenação e Desenvolvimento Regional da Região Norte, 2010;
- Norma sobre Igualdade de Oportunidades para Pessoas com Deficiência. Cadernos SNR, n.º. 3.SNRIPD, 1995;
- “O Desenvolvimento do Turismo Acessível: dos argumentos sociais aos argumentos de mercado. In Revista Turismo e Desenvolvimento, n.º 11, Eugénia Lima Devile, 2009;
- Plano de Acessibilidade Pedonal de Lisboa (volume 1, 2,3,4 e 5), Câmara Municipal de Lisboa, 2013;
- Plano Intermunicipal de Promoção da Acessibilidade no Alto Alentejo (PIMPA). Edição da Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo (CIMAA), 2013;
- Porto e Norte Um destino turístico completo, Entidade Regional de Turismo do Porto e Norte de Portugal, 2015;
- 1.º Plano de Ação para a Integração das Pessoas com Deficiências ou Incapacidade, Instituto do

Emprego e Formação Profissional/Gabinete de Comunicação. Gabinete da Secretária de Estado Adjunta e da Reabilitação, Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência, 2006;

- Rotas Sem Barreiras, um Turismo para Todos. Edição de Terras Dentro, Esdime, Cedeco e Aderco, 2013;
- TELES, Paula, Guia da Acessibilidade e Mobilidade para Todos, Secretariado de Estado Adjunta e de Reabilitação, Lisboa, 2007;
- TELES, Paula, Cidades de Desejo entre Desenhos de Cidades. Boas Práticas de Desenho Urbano e Design Inclusivo, edição Instituto de Cidades e Vilas com Mobilidade, 2009;
- Turismo Acessível, Turismo para Todos: Guia de referência para Profissionais de Turismo. SNRIPD, 2007;
- Turismo Acessível na Europa – Síntese dos Estudos apresentados pela Comissão Europeia – 6 junho 2014 (Síntese elaborada pelo Turismo de Portugal IP);
- Turismo Acessível em Portugal – Lei, oportunidades económicas, informação. Edição de Instituto Nacional para a Reabilitação, IP, Janeiro 2011;

CAPÍTULO IX. ANEXOS

ANEXO 1 - GRELHAS DE CLASSIFICAÇÃO

INQUÉRITO ALOJAMENTO TURÍSTICO

Questões	Recomendado	Não Recomendado
----------	-------------	-----------------

3. ESPAÇO PÚBLICO

3.3	Percurso livre de ressalto com altura > 2cm	Sim	
-----	---	-----	--

5. ENTRADA NO ESTABELECIMENTO

5.1	Entrada livre de ressalto com altura > 2cm	Sim	
5.2	Tipo de ressalto a vencer		- 2 a 3 degraus - 4 degraus ou mais
5.9	Largura livre da rampa no ponto mais estreito	- 90cm a 1,20m - Mais de 1,20m	Menos de 90cm
5.13	Largura livre da porta de entrada, na posição aberta	- 77cm a 87cm - Mais de 87cm	Menos de 77cm

7. ZONA DE REFEIÇÕES

7.4	N.º de lugares sentados para pessoas em cadeiras de rodas	1 ou mais	0
7.5	Percurso entre as mesas com largura livre \geq 80cm	Sim	

9. INSTALAÇÃO SANITÁRIA (IS) DE USO GERAL

9.1	Instalação Sanitária "Acessível"	Sim	Não
9.5	A porta da IS tem (na posição aberta) uma largura livre \geq 75cm	Sim	Não
9.7	No interior da IS é possível inscrever (no piso) um círculo com 1,5m de diâmetro	Sim	
9.9	Espaço livre junto à sanita com pelo menos 1,20m x 75cm	- Sim, num lado - Sim, num lado e à frente - Sim, nos dois lados - Sim, nos dois lados e à frente - Sim, apenas à frente	Não
9.10	Sanita servida por barras de apoio	- Uma Fixa - Duas Fixas - Uma Rebatível - Duas Rebatíveis	

9.13	Existência de espaço livre debaixo do lavatório para uso com cadeira de rodas	Sim	
9.14	Cliente pode operar a torneira com o punho fechado	Sim	
9.15	Acessórios podem ser alcançados por uma pessoa em cadeira de rodas	Sim	

10. UNIDADE DE ALOJAMENTO (UA)

10.1	O estabelecimento designa pelo menos uma UA como "acessível"	Sim	- Não, mas pretende criar - Não
10.4	Porta de entrada com largura livre ≥ 77 cm	Sim	Não
10.6	Cliente em cadeira de rodas pode circular livremente no interior da UA	Sim	Não
10.7	Num dos lados da cama existe uma faixa com largura livre ≥ 80 cm	Sim	Não
10.14	A porta da IS tem (na posição aberta) uma largura livre ≥ 75 cm	Sim	Não
10.15	No interior da IS é possível inscrever (no piso) um círculo com 1,5m de diâmetro	Sim	
10.17	Espaço livre junto à sanita com pelo menos 1,20m x 75cm	- Sim, num lado - Sim, num lado e à frente - Sim, nos dois lados - Sim, nos dois lados e à frente - Sim, apenas à frente	Não
10.18	Sanita servida por barras de apoio	Sim	Não
10.21	Existência de espaço livre debaixo do lavatório para uso com cadeira de rodas	Sim	
10.22	Cliente pode operar a torneira com o punho fechado	Sim	

10.25	Banheira possui pelo menos um dos seguintes tipos de assento:	<ul style="list-style-type: none"> - Assento amovível sem encosto nem braços - Assento amovível com encosto e braços - Plataforma de nível no topo da banheira, com profundidade $\geq 40\text{cm}$ 	Não
10.26	Banheira é servida por barras de apoio	Sim, apenas num lado Sim, em pelo menos dois lados	
10.30	Altura do bordo superior da base de duche	2cm ou menos	
10.31	Tipos de assento da base de duche	<ul style="list-style-type: none"> - Assento fixo (rebatível ou não), com profundidade $\geq 40\text{cm}$ - Assento amovível com encosto e braços 	Não
10.32	Base de duche é servida por barras de apoio	<ul style="list-style-type: none"> - Sim, apenas num lado - Sim, em pelo menos dois lados 	
10.35	No interior da IS existe um sistema de alarme ligado ao exterior da UA	<ul style="list-style-type: none"> - Sim, com cabo - Sim, com botão 	Não

11. PERCURSO ACESSÍVEL

11.1	Existência de percurso acessível	Sim	
11.3	Portas com largura livre $\geq 77\text{cm}$	Sim	Não
11.4	Percurso sem ressalto com altura $> 2\text{cm}$	Sim	
11.11	Largura livre da rampa no ponto mais estreito	90 cm a 1,20m Mais de 1,20m	Menos de 90cm
11.12	Inclinação longitudinal da rampa	Menos de 6% 6% a 8%	
11.16	Porta do elevador com vão mínimo de 80cm	Sim	Não
11.17	Cabine do elevador com dimensões mínimas de 1,10m (largura) x 1,40m (profundidade)	Sim	Não

12. EQUIPAMENTOS DE LAZER (PISCINA, GINÁSIO, SPA, OUTROS)

12.2	Existe um caminho acessível de acesso à piscina	Sim	Não
------	---	-----	-----

INQUÉRITO MUSEUS E MONUMENTOS

Questões	Recomendado	Não Recomendado
----------	-------------	-----------------

3. ESPAÇO PÚBLICO

3.3	Percurso livre de ressaltos com altura > 2cm	Sim	
-----	--	-----	--

5. ENTRADA NO ESTABELECIMENTO

5.1	Entrada livre de ressaltos com altura > 2cm	Sim	
5.2	Tipo de ressalto a vencer		2 a 3 degraus 4 degraus ou mais
5.9	Largura livre da rampa no ponto mais estreito	90cm a 1,20m Mais de 1,20m	Menos de 90cm
5.13	Largura livre da porta de entrada, na posição aberta	77cm a 87cm Mais de 87cm	Menos de 77cm

8. INSTALAÇÃO SANITÁRIA (IS)

8.1	Instalação Sanitária "Acessível"	Sim	Não
8.5	A porta da IS tem (na posição aberta) uma largura livre ≥ 75 cm	Sim	Não
8.7	No interior da IS é possível inscrever (no piso) um círculo com 1,5m de diâmetro	Sim	
8.9	Espaço livre junto à sanita com pelo menos 1,20m x 75cm	Sim, num lado Sim, num lado e à frente Sim, nos dois lados Sim, nos dois lados e à frente Sim, apenas à frente	Não
8.10	Sanita servida por barras de apoio	Uma Fixa Duas Fixas Uma Rebatível Duas Rebatíveis	
8.13	Existência de espaço livre debaixo do lavatório para uso com cadeira de rodas	Sim	
8.14	Cliente pode operar a torneira com o punho fechado	Sim	
8.15	Acessórios podem ser alcançados por uma pessoa em cadeira de rodas	Sim	

9. ESPAÇO DE VISITA

9.1	Visitante tem ao seu dispor pelo menos dois assentos com encosto e braços	- Sim, em todos os compartimentos - Apenas em parte dos compartimentos	Não
9.3	Existe linha de visão desimpedida entre os objetos e ponto a 1,20m de altura	Sim	

10. PERCURSO ACESSÍVEL

10.1	Existência de percurso acessível	Sim	
10.3	Portas com largura livre ≥ 77 cm	Sim	Não
10.4	Percurso sem ressalto com altura > 2 cm	Sim	
10.11	Largura livre da rampa no ponto mais estreito	90 cm a 1,20m Mais de 1,20m	Menos de 90cm
10.12	Inclinação longitudinal da rampa	Menos de 6% 6% a 8%	
10.16	Porta do elevador com vão mínimo de 80cm	Sim	Não
10.17	Cabine do elevador com dimensões mínimas de 1,10m (largura) x 1,40m (profundidade)	Sim	Não

INQUÉRITO ESTABELECIMENTOS RESTAURAÇÃO E BEBIDAS

Questões	Recomendado	Não Recomendado
----------	-------------	-----------------

3. ESPAÇO PÚBLICO

3.3	Percurso livre de ressalto com altura > 2 cm	Sim	
-----	--	-----	--

5. ENTRADA NO ESTABELECIMENTO

5.1	Entrada livre de ressalto com altura > 2 cm	Sim	
5.2	Tipo de ressalto a vencer		2 a 3 degraus 4 degraus ou mais
5.9	Largura livre da rampa no ponto mais estreito	90cm a 1,20m Mais de 1,20m	Menos de 90cm
5.13	Largura livre da porta de entrada, na posição aberta	77cm a 87cm Mais de 87cm	Menos de 77cm

6. ZONA DE REFEIÇÕES

6.3	N.º de lugares sentados para pessoas em cadeiras de rodas	1 ou mais	0
6.4	Percurso entre as mesas com largura livre $\geq 80\text{cm}$	Sim	

7. INSTALAÇÃO SANITÁRIA (IS)

7.1	Instalação Sanitária "Acessível"	Sim	Não
7.4	A porta da IS tem (na posição aberta) uma largura livre $\geq 75\text{cm}$	Sim	Não
7.6	No interior da IS é possível inscrever (no piso) um círculo com 1,5m de diâmetro	Sim	
7.8	Espaço livre junto à sanita com pelo menos 1,20m x 75cm	Sim, num lado Sim, num lado e à frente Sim, nos dois lados Sim, nos dois lados e à frente Sim, apenas à frente	Não
7.9	Sanita servida por barras de apoio	Uma Fixa Duas Fixas Uma Rebatível Duas Rebatíveis	
7.12	Existência de espaço livre debaixo do lavatório para uso com cadeira de rodas	Sim	
7.13	Cliente pode operar a torneira com o punho fechado	Sim	
7.14	Acessórios podem ser alcançados por uma pessoa em cadeira de rodas	Sim	

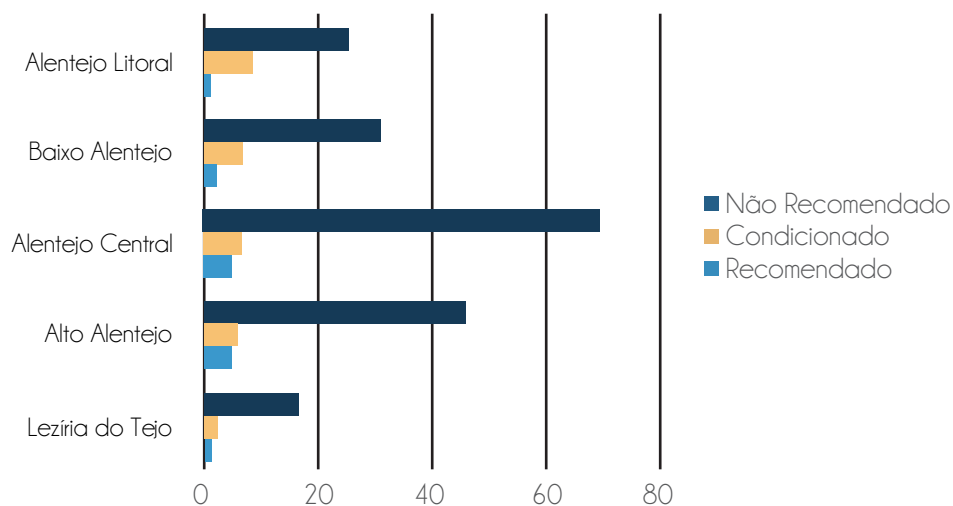
8. PERCURSO ACESSÍVEL

8.1	Existência de percurso acessível	Sim	
8.3	Portas com largura livre $\geq 77\text{cm}$	Sim	Não
8.4	Percurso sem ressalto com altura $> 2\text{cm}$	Sim	
8.11	Largura livre da rampa no ponto mais estreito	90 cm a 1,20m Mais de 1,20m	Menos de 90cm
8.12	Inclinação longitudinal da rampa	Menos de 6% 6% a 8%	
8.16	Porta do elevador com vão mínimo de 80cm	Sim	Não
8.17	Cabine do elevador com dimensões mínimas de 1,10m (largura) x 1,40m (profundidade)	Sim	Não

ANEXO 2 - ANÁLISE ESTATÍSTICA POR TIPOLOGIA DE ESTABELECIMENTO

ALOJAMENTO TURÍSTICO

NUTS 3	Recomendado	Condicionado	Não Recomendado	Total
Lezíria do Tejo	0	3	17	20
Alto Alentejo	5	6	47	58
Alentejo Central	5	7	71	83
Baixo Alentejo	2	7	32	41
Alentejo Litoral	1	9	26	36
Total	13	32	193	238



A SUA DISTRIBUIÇÃO PELOS CONCELHOS ALVO É:

Concelhos	Recomendados	Condicionados	Não recomendados
NUTS 3 Lezíria do Tejo			
Almeirim	0	0	1
Azambuja	0	1	0
Alpiarça	0	0	1
Benavente	0	0	2
Cartaxo	0	0	1
Chamusca	0	0	1
Coruche	0	0	2
Golegã	0	1	4

Rio Maior	0	0	1
Salvaterra de Magos	0	0	1
Santarém	0	1	3
Total NUTS 3 Lezíria do Tejo	0	3	17
NUTS 3 Alto Alentejo			
Alter do Chão	0	1	3
Arronches	1	0	0
Avis	0	1	2
Campo Maior	0	0	3
Castelo de Vide	0	0	7
Crato	0	0	2
Elvas	0	1	9
Fronteira	0	0	4
Gavião	0	1	2
Marvão	1	1	2
Monforte	1	0	1
Nisa	1	0	3
Ponte de Sor	1	1	1
Portalegre	0	0	7
Sousel	0	0	1
Total NUTS 3 Alto Alentejo	5	6	47
NUTS 3 Alentejo Central			
Alandroal	0	0	5
Arraiolos	0	0	8
Borba	0	0	2
Estremoz	0	0	3
Évora	4	5	13
Montemor-o-Novo	0	0	4
Mora	0	1	3
Mourão	0	0	6
Portel	0	0	6
Redondo	0	0	3

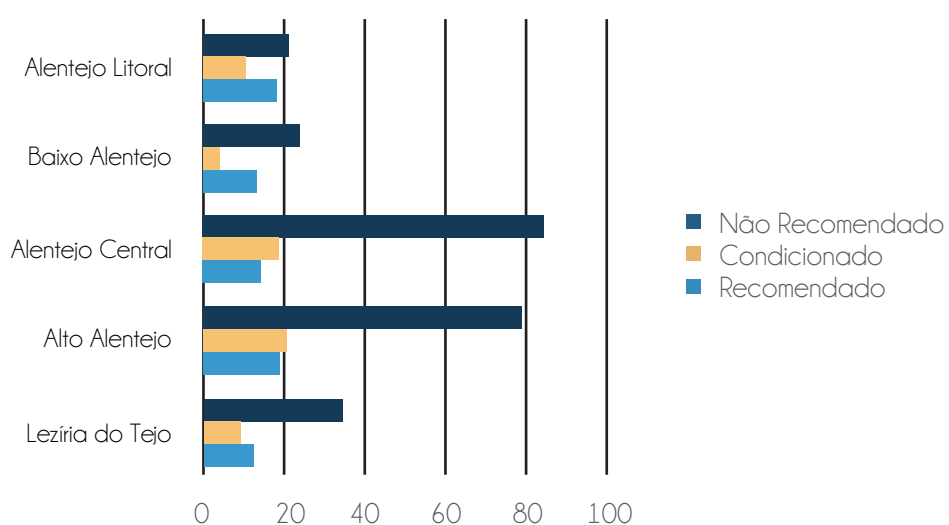
Reguengos de Monsaraz	0	0	8
Vendas Novas	1	0	0
Viana do Alentejo	0	0	7
Vila Viçosa	0	1	3
Total NUTS 3 Alentejo Central	5	7	71
NUTS 3 Baixo Alentejo			
Aljustrel	0	1	1
Almodôvar	0	1	1
Alvito	0	0	3
Beja	0	1	4
Barrancos	0	0	3
Castro Verde	2	0	2
Cuba	0	0	1
Ferreira do Alentejo	0	2	4
Mértola	0	1	1
Moura	0	0	3
Ourique	0	1	2
Serpa	0	0	5
Vidigueira	0	0	2
Total NUTS 3 Baixo Alentejo	2	7	32
NUTS 3 Alentejo Litoral			
Alcácer do Sal	0	1	4
Grândola	0	2	6
Odemira	0	1	12
Santiago do Cacém	0	3	2
Sines	1	2	2
Total NUTS 3 Alentejo Litoral	1	9	26

Sublinham-se alguns aspetos mais relevantes:

- O Alentejo Central e o Alto Alentejo são as NUTS 3 com mais alojamento recomendado (5 em cada);
- O concelho de Évora é o possui mais alojamento recomendado (4);
- O número de alojamento classificados como não recomendados prevalece em todas as NUTS 3, acentuando-se nos concelhos de Évora, Elvas e Odemira;
- A NUTS 3 Alentejo Litoral permite acolhimento condicionado em 9 unidades hoteleiras.

RESTAURAÇÃO

NUTS 3	Recomendado	Condicionado	Não Recomendado	Total
Lezíria do Tejo	12	9	34	55
Alto Alentejo	19	20	77	116
Alentejo Central	14	18	83	115
Baixo Alentejo	13	4	24	41
Alentejo Litoral	18	11	21	50
Total	76	62	239	377



A SUA DISTRIBUIÇÃO PELOS CONCELHOS ALVO É:

Concelhos	Recomendados	Condicionados	Não recomendados
NUTS 3 Lezíria do Tejo			
Almeirim	1	1	1
Azambuja	1	1	0
Alpiarça	0	1	6
Benavente	4	0	1
Cartaxo	1	1	0
Chamusca	0	0	0
Coruche	0	1	10
Colegã	1	1	3
Rio Maior	0	0	2
Salvaterra de Magos	2	2	5

Santarém	2	1	6
Total NUTS 3 Lezíria do Tejo	12	9	34
NUTS 3 Alto Alentejo			
Alter do Chão	0	2	5
Arronches	1	0	1
Avis	1	0	9
Campo Maior	0	1	5
Castelo de Vide	1	1	4
Crato	1	0	2
Elvas	7	7	15
Fronteira	0	0	8
Gavião	0	0	5
Marvão	2	2	2
Monforte	1	1	0
Nisa	1	0	2
Ponte de Sor	2	2	11
Portalegre	2	2	7
Sousel	0	2	1
Total NUTS 3 Alto Alentejo	19	20	77
NUTS 3 Alentejo Central			
Alandroal	0	2	3
Arraiolos	1	1	7
Borba	0	0	2
Estremoz	0	2	5
Évora	5	7	19
Montemor-o-Novo	1	2	10
Mora	2	0	4
Mourão	0	0	4
Portel	1	1	2
Redondo	2	1	2
Reguengos de Monsaraz	0	0	6

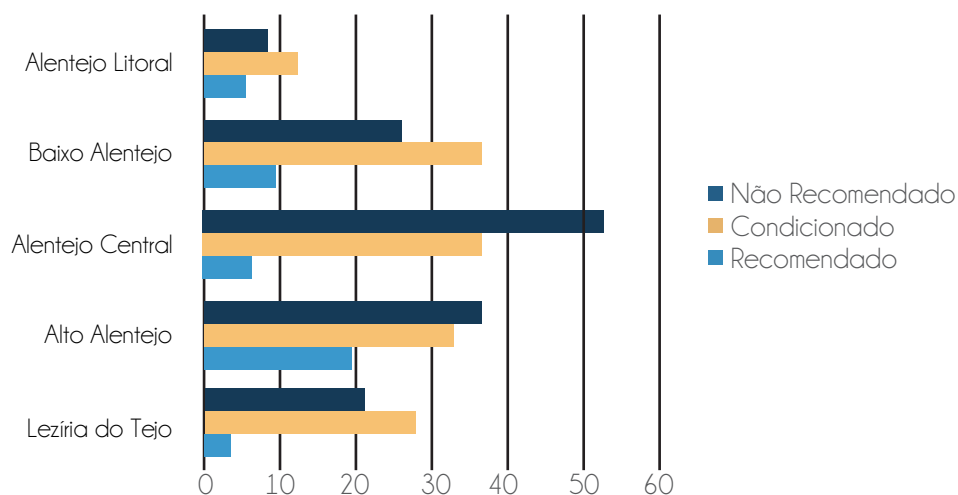
Vendas Novas	1	0	2
Viana do Alentejo	0	0	13
Vila Viçosa	1	2	3
Total NUTS 3 Alentejo Central	14	18	83
NUTS 3 Baixo Alentejo			
Aljustrel	1	0	0
Almodôvar	1	0	1
Alvito	0	1	3
Beja	2	0	2
Barrancos	1	0	2
Castro Verde	1	0	0
Cuba	0	0	0
Ferreira do Alentejo	1	1	3
Mértola	2	0	0
Moura	1	0	2
Ourique	2	0	1
Serpa	1	1	8
Vidigueira	0	1	2
Total NUTS 3 Baixo Alentejo	13	4	24
NUTS 3 Alentejo Litoral			
Alcácer do Sal	3	1	3
Grândola	14	5	9
Odemira	0	4	9
Santiago do Cacém	1	0	0
Sines	0	1	0
Total NUTS 3 Alentejo Litoral	18	11	21

Destacam-se os seguintes aspetos:

- Verifica-se que o número de restaurantes recomendados aproxima-se em todas as NUTS 3. Ainda que com pouca diferença destacam-se as NUTS 3 Alto Alentejo e Alentejo Litoral com 19 e 18 restaurantes respetivamente.
- Ao nível do concelho existem mais restaurantes recomendados nos concelhos de Grândola, Elvas e Évora;
- Em todas as NUTS, o número de restaurantes não recomendados prevalece relativamente às restantes classificações. Observa-se, no entanto, que os estabelecimentos condicionados acompanham os valores das unidades recomendadas.

MUSEUS E MONUMENTOS

NUTS 3	Recomendado	Condicionado	Não Recomendado	Total
Lezíria do Tejo	3	28	21	52
Alto Alentejo	19	33	37	89
Alentejo Central	6	37	53	96
Baixo Alentejo	9	37	26	72
Alentejo Litoral	5	12	8	25
Total	42	147	145	334



A SUA DISTRIBUIÇÃO PELOS CONCELHOS ALVO É:

Concelhos	Recomendados	Condicionados	Não recomendados
NUTS 3 Lezíria do Tejo			
Almeirim	0	1	1
Azambuja	0	1	1
Alpiarça	0	1	0
Benavente	0	4	4
Cartaxo	0	1	0
Chamusca	0	0	1
Coruche	0	2	1
Colegã	0	2	2
Rio Maior	0	5	2
Salvaterra de Magos	1	3	1
Santarém	2	8	8
Total NUTS 3 Lezíria do Tejo	3	28	21

NUTS 3 Alto Alentejo			
Alter do Chão	1	2	3
Arronches	0	1	3
Avis	0	2	1
Campo Maior	2	3	4
Castelo de Vide	0	3	0
Crato	0	2	2
Elvas	4	3	9
Fronteira	3	0	1
Gavião	0	1	1
Marvão	2	4	1
Monforte	0	2	1
Nisa	2	0	3
Ponte de Sor	2	1	2
Portalegre	2	6	2
Sousel	1	3	4
Total NUTS 3 Alto Alentejo	19	33	37
NUTS 3 Alentejo Central			
Alandroal	0	3	8
Arraiolos	0	3	1
Borba	1	1	5
Estremoz		4	3
Évora	2	4	11
Montemor-o-Novo	0	7	1
Mora	0	3	3
Mourão	0	1	3
Portel	0	5	2
Redondo	0	1	4
Reguengos de Monsaraz	2	0	4
Vendas Novas	0	1	2
Viana do Alentejo	0	3	3
Vila Viçosa	1	1	3
Total NUTS 3 Alentejo Central	6	37	53
NUTS 3 Baixo Alentejo			
Aljustrel	0	3	2
Almodôvar	1	3	0
Alvito	0	0	1
Beja	0	3	7
Barrancos	0	1	3
Castro Verde	0	3	1
Cuba	0	2	0

Ferreira do Alentejo	2	2	5
Mértola	1	3	4
Moura	1	6	2
Ourique	2	2	0
Serpa	1	4	1
Vidigueira	1	5	0
Total NUTS 3 Baixo Alentejo	9	37	26
NUTS 3 Alentejo Litoral			
Alcácer do Sal	1	1	1
Grândola	3	8	4
Odemira	0	0	0
Santiago do Cacém	1	1	2
Sines	0	2	1
Total NUTS 3 Alentejo Litoral	5	12	8

Destacam-se alguns aspetos mais relevantes:

- O Alto a Alentejo é a NUTS 3 com mais equipamentos recomendados, sendo Elvas e Fronteira os concelhos com maior número;
- O número de equipamentos condicionados (145) aproxima-se do número de equipamentos não recomendados (147);
- A NUTS 3 Alentejo Litoral tem mais recursos condicionados do que não recomendados.

